

DO CAPITAL AO IMPÉRIO: miséria da filosofia política

*Flávio Bezerra de Farias*¹

RESUMO

A passagem da crítica da economia política à crítica da política. Coloca-se em causa essa passagem implementada por Michael Hardt e Antonio Negri, no contexto da era pós moderna, situada para além do fordismo e na globalização.

Palavras-chave: Império. Pós - fordismo. Globalização.

1 INTRODUÇÃO

Em Marx (1977, p.1-5), as diversas formas do ser social se articulam no seio de um todo complexo, concreto e contraditório, cujas partes são a base e a superestrutura. Atualmente, os autores pós-marxistas ocidentais semeiam a fusão - ou a confusão - entre essas categorias². Isso dificulta a tarefa de apreender os vínculos gerais entre elas, cuja autonomia de umas em relação às outras é apenas relativa, no seio da mesma formação socioeconômica, situada no tempo e no espaço. Trata-se de considerar suas formas como categorias específicas da sociedade e da história, tendo uma vida própria e se relacionando de maneira relativamente autônoma, no contexto do mesmo todo orgânico. Nessa abordagem geral, o conjunto das categorias socioeconômicas exprime as múltiplas formas de existência do ser social, na sua dialética e no seu respeito à primazia da base sobre a superestrutura. Assim, não se elabora a crítica da política sem passar, previamente, pela crítica da economia política, cujo método envolve uma epistemologia e uma ontologia do ser social (MARX, 1977, p. v-xvi).

A partir dos anos 80, essa passagem dialética se tomou cada vez mais complexa, sobretudo porque não se pode atualizar a *crítica da economia política* sem levar em conta as grandes transformações na forma-capital, como as que

¹ Professor do Departamento de Economia da UFMA. Doutor em Economia pela Universidade de Paris-Nord. E-mail: fbfarias@elo.com.br

² Em particular, Hardt e Negri (2000) questionam a idéia geral a que chegou Marx (1977), ao cabo de sua investigação sobre o conjunto das formas da sociedade burguesa, acerca da dialética da formação socioeconômica, historicamente determinada.

estão articuladas com a reestruturação e com a mundialização do capital da chamada era pós-moderna. Nesse contexto, as diversas análises ocultam, freqüentemente, a intensificação da dialética, que se toma cada vez mais patente – na medida da proximidade com o tempo presente –, entre as formas da base e da superestrutura.³ Portanto, discorda-se da teoria do mundo biopolítico, pois, em geral, ela supõe que: “A pós-modernização e a passagem ao Império implicam uma convergência real dos domínios habitualmente designados como base e superestrutura.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 463, tradução nossa). Essa abordagem, em particular, essa “[...] firmemente situada no mundo biopolítico, onde produção e reprodução sociais, econômicas e políticas coincidem.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 467, tradução nossa). No sentido próprio, ela afirma:

O poder imperial não pode mais resolver o conflito das forças sociais por intermédio de esquemas de mediação, que deslocariam os termos do conflito: os conflitos sociais que constituem o político tratam-se diretamente, sem qualquer tipo de mediação. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 473, tradução nossa).

Assim, como o contraditório é tido por antinômico, na base, não haveria mais dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Também, a resolução das contradições de classe não exigiria todo um conjunto de condições mediadoras, que é um requisito indispensável para o exame do papel assumido pelo Estado, nas abordagens críticas reformistas ou revolucionárias.

Para exprimir todas essas formas como totalidades concretas e contraditórias — cujo movimento jamais se produz sem mediação, no sentido marxiano do termo — supõe-se aqui as primazias ontológicas seguintes: da base sobre a superestrutura; da produção sobre a circulação (inclusive a reprodução); da forma sobre a função; do ser sobre a consciência social; e da crítica das formas econômicas (inclusive sua natureza capitalista mundial) sobre a crítica das formas políticas (inclusive sua natureza imperialista). Parte-se, primordialmente, do valor como abstração racional para apreender o capital e o seu vínculo orgânico com o Estado. Assim, em vez de colocar as formas estatais atuais de maneira puramente utópica, abstrata e funcional, faz-se antes a crítica da

³ Por exemplo, essa ocultação existe sob a fusão entre a economia e a política com a que Hardt e Negri (2000; 2004) pretendem ultrapassar, simultaneamente, o capitalismo e o socialismo, para alcançar diretamente o comunismo.

economia política do Império, sem esquecer que abordar o Estado capitalista atual como *um capítulo do Capital* exige uma atualização.

Para além de suas declarações de fé ortodoxa, os pós-marxistas ocidentais adotam princípios ontológicos e epistemológicos bem distintos do marxismo. Hardt e Negri (2000, p. 235, tradução nossa) colocam as formas capitalistas e estatais como categorias cuja unidade é imediata, sob o pretexto de que “na passagem do moderno ao pós-moderno e do imperialismo ao Império, existe cada vez menos distinção entre interior e exterior.”⁴ Portanto, ao eliminar a dialética, esses autores não realizaram seus intuitos explícitos de permanecerem atrelados à crítica marxiana da economia política.

A revisão da crítica da economia política, realizada como novel paradigma do ser social comum pelo ecletismo pós-moderno, concebeu uma totalização abstrata designada *capital global*, que não recebeu até agora nenhuma marca da história mundial,⁵ além de ignorar o desenvolvimento desigual e combinado das formas sociais e históricas, tanto sob o silogismo da sociedade mundial (LEFEBVRE, 1980), quanto sob a dialética da dependência da periferia em relação ao centro (AMIN, 1993). Esse autor se junta aos autores marxistas que evidenciaram a atualidade dos múltiplos aspectos contraditórios desse sistema de dominação e de exploração imperialista, sob a hegemonia estadunidense — que leva, por exemplo, à sangria de fluxo de rendas para os EUA provenientes do exterior (GAUTHIER; LE DAUPHIN, 2003, p. 115-118) assim como à queda do preço tanto das fontes de energia, quanto das matérias primas e dos bens primários no mercado mundial (BANCO MUNDIAL, 2003). Em geral “ao postular que tudo se encontra dentro do Império”, a formulação de Hardt e Negri oculta “[...] o fato de que precisamente aí existem hierarquias e assimetrias estruturais, e que tais diferenças não são canceladas ao se declarar

⁴ Na era pós moderna, “[...] esta configuração espacial mudou”,-, pois “de um lado, as relações da exploração capitalista estão se expandindo por toda parte: longe de se limitar à fábrica, tendem a ocupar o terreno social por inteiro. Do outro, relações sociais se investem completamente sobre as relações de produção, tornando impossível toda exterioridade entre produção social e produção econômica. (HARDT; NEGRI, 2000, p 262, tradução nossa)

⁵ “Este retrato pós-moderno dificilmente se reconcilia com as histórias divulgadas inclusive pela imprensa mais vinculada ao capital, com relação à extensão da jornada de trabalho na corporação global, ao impacto devastador da flexibilização do trabalho, a degradação do trabalho, à crescente facilidade para despedir trabalhadores, à precariedade do emprego, as tendências a uma reconcentração regressiva dos ordenados e salários dentro da firma, para não mencionar histórias de horror tais como a exploração dc crianças em muitas corporações globais” (BORON, 2002, p. 55, tradução nossa).

que tudo está dentro do Império e que nada fica fora dele.” (BORON, 2002, p. 37, tradução nossa).

A teorização do *capitalismo imperial* associa-se (mais uma vez) ao pensamento liberal que opõe a categoria da interdependência às categorias da *dependência* e do *imperialismo*, de um lado; e, do outro, recusa aceitar que a mundialização do capital se caracteriza pelo radical desenvolvimento desigual e combinado que envolve unidade, diferença e hierarquia entre as formas sociais totalizadas sob a hegemonia do centro, em detrimento dos interesses da periferia do sistema. Portanto, o mito do Império reside em aceitar ingenuamente a ideologia de que, com o “sucesso” da globalização, “estamos a caminho de obter, de forma instantânea, exatamente o que queremos, de qualquer lugar do mundo e ao melhor preço.” (REICH, 2002, p. 16).

Em Hardt e Negri, percebe-se um esboço pós-moderno de uma “ [...] má economia para analisar um tema como o do sistema imperialista, que requer, inapelavelmente, um tratamento bastante rigoroso do assunto apelando para o melhor que a economia política pode oferecer.” (BORON, 2002, p. 68). Em vez disto, toda a literatura crítica e revolucionária do marxismo do século XX sobre o tema foi completamente ignorada por essa famigerada parceria ítalo-americana, cuja ideia principal reside na afirmação da extinção do imperialismo e no advento do Império. Uma vez explicitadas as principais fragilidades do esboço de economia política correspondente às obras *Império* e *Multidão*, passa-se, agora, à crítica da sua ontologia do Estado imperial pois, na era do Império, “[...] o paradigma moderno dos corpos políticos nacionais assume uma nova forma global [...]” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 195, tradução nossa). Trata-se, em suma, da trajetória especulativa e polêmica da filosofia política do pós-marxismo ocidental, cujo avatar inerente à sua revisão do imperialismo será explicitado abaixo.

Para Hardt e Negri (2000, p. 19), o Império não é uma “metáfora” ou somente algo de desejável e, caso a ocasião se apresente, possível. Já é uma realidade, que “[...] se materializa diante dos nossos olhos”, que existe quer como forma, porque “é o poder soberano que governa o mundo”, quer como função, pois “[...] é o sujeito político que regula efetivamente os intercâmbios mundiais [...]” (HARDT; NEGRI, 2000, p.15, tradução nossa). Na abordagem desse fenômeno, pretendem descartar a metodologia da “lógica formal”, por preferir a “lógica

material”, isto é, “política, histórica e ontológica” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 434). Porém, a “constituição política do presente” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 23), tido por imperial, traz a marca do formalismo jurídico dos autores, cujo “ponto de partida” da análise reside numa “[...] nova noção do direito”, ou seja, num “novo registro de autoridade”, bem como num “novo projeto de produção das normas e dos instrumentos legais de coerção que fazem valer os contratos e resolvem os conflitos.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 32), de um lado; e, do outro, a história imperial só aparece neles através de um historicismo que superestima a atrocidade estatal e subestima a conquista operária, próprias à modernidade. Também, a metodologia de Hardt e Negri mergulha no funcionalismo - a tal ponto de afirmar que, apesar de toda mutação, “[...] as funções estatais e os mecanismos reguladores continuaram a regular o domínio da produção e das trocas econômicas e sociais.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 16, tradução nossa). Sua política regulacionista sofre uma forte e dupla influência do positivismo e do institucionalismo, embora seu vínculo eclético com o marxismo o enlace a uma ontologia do Estado imperial, que não deixa de ser marcada pela fenomenologia estruturalista dos aparelhos estatais, abordados na escala mundial. Portanto, Hardt e Negri analisam, em primeiro lugar, as múltiplas determinações que exprimem as condições de existência do Império como um todo. Em segundo lugar, detalham as mutações estatais formais e funcionais consideradas como imperiais, para além do fordismo e na era da globalização, quando o imperialismo não mais existiria.

2 CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO IMPÉRIO

2.1 Ontologia do ser biopolítico

Os aspectos exógeno (superestrutura, Estado) e endógeno (base, capital) são vislumbrados por Hardt e Negri como se estivessem fundidos, no momento da passagem do imperialismo (peculiar à soberania nacional) para a expansão do Império (peculiar à soberania única), de tal sorte que “este último só pode ser concebido como uma república universal, uma rede de poderes e de contra-poderes estruturados numa arquitetura inclusiva e sem limites.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 212, tradução nossa). O crescimento do Império “[...] não tem

nada haver como imperialismo nem com essas organizações de Estado encarregadas da conquista, da pilhagem, do genocídio, da colonização e da escravidão.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 212, tradução nossa). Ao contrário da análise crítica e revolucionária do imperialismo, a suposta trajetória progressista da ordem imperial foi aberta sob dois ângulos, a saber: na teoria, através de uma abordagem confusa que se presta a negar o essencial do pensamento marxista sobre **o valor**, a mais-valia, a acumulação na escala mundial e o imperialismo; na prática, por intermédio de guerras “preventivas”, ou de ataques de “choque e pavor” decididos pelo imperialismo dos EUA (FARIAS, 2004).

Por seu alcance literário e científico, “O Capital” é a obra-prima de Marx (1976), como pensador crítico e revolucionário. Em compensação, em Hardt e Negri (2000; 2004), percebe-se uma certa recriminação contra a exposição feita nesse livro, o qual deveria, então, ser apreciado com bastante reserva.⁶ Paradoxalmente, pode-se tirar algum proveito da crítica da economia política, pois, para eles, “dois textos interdisciplinares” teriam servido de “modelos ao longo da redação” de sua obra Império, a saber: “O Capital”, de Marx, e “Mille plateaux”, de Deleuze e Guattari. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 499).

Não é um simples problema de ortodoxia concernente ao método o fato de examinar a pertinência e a coerência da fusão desses dois “modelos” no ideal-tipo da “produção biopolítica” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 47), isto é, “[...] a produção de conhecimentos, de informação, de formas linguísticas, de redes de comunicação e de relações sociais cooperativas.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 162, tradução nossa). Eles colocam a questão de criar um novo método, sob o pretexto de que “a produção biopolítica é uma questão ontológica, na medida em que ela cria um novo ser social, uma nova natureza humana” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 394, tradução nossa), Este novo modelo produtivo é, por sua vez, epistemologicamente tido por

[...] dominante para sublinhar o fato de que implica não somente a produção de bens materiais no sentido estritamente econômico, mas também que ele afeta e contribui para produzir todas as facetas da vida social, quer sejam econômicas, culturais ou políticas. (HARDT NEGRI, 2004, p. 10, tradução nossa).

⁶ Na mesma linha da “esquerda pós-moderna e cultural”, o pensamento pós -maxista ocidental “[...] difere dos movimentos tradicionais de esquerda como o maxismo, no sentido de que não pretende ser ‘científico’” (SEARLE, 1993, p. 2, tradução nossa).

Como o caráter produtivo das atividades não reside mais na produção do valor e, portando, da mais-valia, “[...] a atividade de todos os membros da sociedade, inclusive das mais pobres, tende a se tomar diretamente produtiva”, de sorte que “[...] os pobres exprimem uma riqueza e uma produtividade fabulosas.” (HARDT NEGRE, 2004, p.164, tradução nossa).

Paradoxalmente, essa apologia da pobreza é completada pela apologia da mundialização do capital. Com efeito, conforme esses autores, “[...] o método teórico de Marx, na linha tradicional das críticas da modernidade, se situa na dialética entre interior e exterior” (HARDT; NEGRI, 2000, p, 261, tradução nossa), característica da resistência ao capital sob todas as suas formas. Mas, inspirando-se em seus mestres pensadores franceses, “[...] no lugar de resistir contra a mundialização do capital, seria preciso, ao contrário, acelerar o processo” (HARDT: NEGRI, 2000, p. 259, tradução nossa). O método franco-alemão que resulta disso combina duas visões distintas do poder, num procedimento tipicamente contraditório, pois um está concentrado, personalizado e localizado (marxismo), enquanto que o outro está espalhado, impessoal e sem localização (estruturalismo). Conforme tal método pós-marxista, é preciso fazer muitas concessões ao ecletismo e “[...] interpretar os conceitos de Marx num sentido mais frouxo, mais metafórico, compatível com a metafísica [...]” da filosofia pós-estruturalista (CALLINICOS, 2002, p. 202, tradução nossa), trocando a dialética pela antinomia, na elaboração organicista de uma “[...] crítica da economia política da mundialização fundada sobre as resistências à formação do corpo do capital global e sobre o potencial libertador dos poderes comuns próprios à multidão industriosa.” (HARDT; NEGRI, 2004, p128, tradução nossa).

Somente no que é atinente à base racional da economia política como ciência, o método de Hardt e Negri chegou a fazer quatro confusões, a saber: a primeira diz respeito à relação entre o valor de troca e o valor (aparência externa e essência interna do aspecto social da mercadoria, respectivamente), bem como entre o objeto útil e o valor de uso (aparência externa e essência interna do aspecto natural da mercadoria, respectivamente); a segunda considera que o interior é definido pelo valor de uso (isoladamente, sem o valor), e o exterior, pelo valor de troca (isoladamente, sem o objeto útil); a terceira supõe que “o interior, definido pelo valor de uso, e o exterior, característico do valor de troca, não se encontram em nenhum lugar (HARDT; NEGRI, 2000, p. 262, tradução nossa); a

quarta reside em pensar que esta teoria do valor é, na realidade uma teoria da medida do valor, (HARDT; NEGRI, 2000, p 429, tradução nossa). Em Marx, ao contrário, todas essas determinações ontológicas (objeto útil, valor de uso, valor de troca e valor) se estruturam na mercadoria e são localizadas do começo ao fim da produção capitalista, que permanece sempre uma produção mercantil. Nesse quadro, o valor não é simplesmente algo de mensurável (quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário), mas também uma substância comum a todas as mercadorias (qualidade). Não se trata de uma medida ou de um estalão no sentido ricardiano do termo. O valor é uma forma social e histórica cujas configurações qualitativas e quantitativas atuais, cada vez mais complexas e ocultadas pelo fetichismo e pelo pseudoconcreto da “*tecnociência*”,⁷ não foram percebidas pela análise revisionista e apressada da produção biopolítica,⁸ de onde urge “rever a relação entre trabalho e valor na produção capitalista tal que Marx a coloca”. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 180, tradução nossa).

Nessa revisão, em geral, as diversas formas de existência do ser social não constituem mais uma totalidade concreta, contraditória e obediente a leis. Assim, falar de formação socioeconômica não tem mais sentido no método mecanicista e especulativo (confesso) de Hardt e Negri.⁹ Para eles, existe unidade imediata entre a base e a superestrutura, entre a forma e a função, entre o sujeito e o objeto, no “mundo biopolítico” imperial.¹⁰ As bases lógicas dessa ideia imediata do mundo se encontram na hipótese segundo a qual a dialética entre forças produtivas e o sistema de dominação não tem mais lugar determinado.

⁷ Negri considera o *intelecto geral* como o devir da força de trabalho nesse contexto. Mas é precipitar as coisas dizer que a multidão dispõe de uma multiplicidade produtiva, constituinte de todos os elementos, que podem ser também apreendidos por referência às categorias marxianas clássicas: à mutação da força de trabalho na subsunção real, na passagem a produção do “intelecto geral” (NEGRI, 2001b, p. 160 tradução nossa)

⁸ Talvez porque, de maneira geral, os ritmos de uma grande parte das atividades *tecnocientíficas* são condicionadas por uma organização do tempo muito rígida e muito ‘apressada’ que esta frequentemente em oposição com os ritmos naturais e humanos. (ISRAEL, 2001. p. VII.)

⁹ “Hardt e eu mesmo recorreremos a um método talvez um pouco mecanicista para transpor o esquema obreirista, a no nível internacional [...] O concedo de multidão, de um ponto de vista científico, é, para dizer a verdade, ainda embrionário um conceito que se avança para verificar-lhe a eficácia. (NEGRI, 2001b, p. 159, tradução nossa).

¹⁰ O espaço regulado da modernidade construía *lugares* que estavam continuamente engajados em (e fundados sobre) um jogo dialético com seus exteriores. O espaço da soberania imperial, ao contrário, é liso. Poderia parecer livre de divisões binárias das linhas das fronteiras modernas, mas é, na realidade, quadriculado por tantas linhas de demarcação que aparece somente como um espaço contínuo e uniforme [...] Neste espaço liso do Império, não existe *lugar* de poder; este esta, simultaneamente, em todo lugar e em lugar nenhum.” (IHARDT; NEGRI, 2000; p. 239, tradução nossa)

(HARDT; NEGRI, 2000, p.262, tradução nossa). Para eles, o objeto da exploração e da dominação tende a não ser mais as atividades especialmente produtivas, mas a capacidade universal de produzir, isto é, a atividade social abstrata e seu poder de conjunto. (HARDT NEGRI, 2000, p. 262, tradução nossa), É por intermédio da própria negação da dialética do modo de produção capitalista que esse não-lugar foi fixado pelos autores, que ignoram ser essa dialética estabelecida entre as forças produtivas e as relações de produção, e não entre as primeiras e o sistema de dominação. A origem da contradição não é arbitrária, pois se encontra no duplo caráter do trabalho (abstrato e concreto) que produz a mercadoria, no sentido marxiano do termo.

2.2 Pobreza contra superpopulação relativa

Para os autores pós-marxistas em questão, a atividade muito potente do trabalho abstrato se tomou não localizável ou mesmo confusa.¹¹ Uma vez perdida a base racional do valor, não há como determinar a mais-valia (forma específica da exploração de classe no capitalismo). Como nos antigos esquemas obreiristas, a nova formulação supõe irrelevante a questão marxiana da superação da relação contraditória entre aqueles que personificam a força de trabalho e o capital, como um dos aspectos do mesmo processo de ultrapassagem dialética da apropriação individual (pelos capitalistas) do fruto do trabalho coletivo. Para dar relevo conceitual à “multidão”, a categoria “classe operária” é considerada como “um conceito exclusivo”, tanto por distinguir “[...] os operários dos privilegiados que não têm necessidade de trabalhar para prover suas próprias necessidades [...]”, quanto por separar “[...] a classe operária dos outros tipos de trabalhadores.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 8, tradução nossa). Para atacar o conceito de classe operária, nada mais fácil do que fazer a sua vulgarização obreirista, ou seja: no sentido estrito, “[...] o conceito se refere exclusivamente aos operários da indústria, na medida em que são distintos dos trabalhadores da agricultura, dos serviços e dos outros setores. No sentido amplo, refere-se a todos os trabalhadores assalariados, em contraste com os

¹¹ “É o conjunto cooperativo de cérebros e de braços, de espírito e de corpo; é a difusão social do trabalho vivo, simultaneamente não pertencente e criadora; e o desejo e o esforço da multidão dos trabalhadores adaptáveis e móveis; e é, ao mesmo tempo, a energia intelectual e a construção linguística e comunicativa da multidão dos trabalhadores intelectuais e afetivos (HARDT, NEGRI, 2000. p.262 tradução nossa).

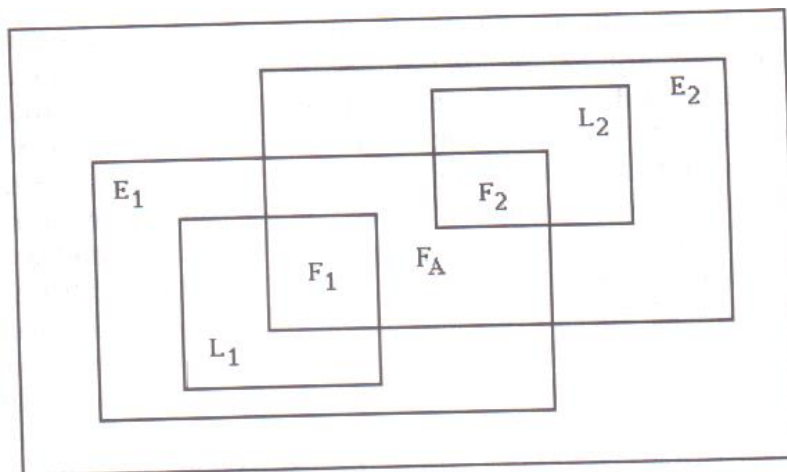
trabalhadores pobres, que não recebem retribuição da esfera doméstica e com todos aqueles que não recebem salário. A multidão, em compensação, é um conceito aberto e inclusivo.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 8, tradução nossa). Na realidade, o “conceito de multidão”, em vez de alcançar o objetivo dos seus autores, de “[...] reativar o projeto político da luta das classes tal que é formulado por Marx” (HARDT; NEGRI, 2004, p.131, tradução nossa), efetivamente, faz parte de uma classificação revisionista, a qual resulta de uma metodologia eclética, reformulando a temática de Marx num vocabulário filosófico mais abstrato, aproveitando-se de suas ressonâncias (por exemplo, da ideia de que o capital é parasitário dos poderes criadores de outrem), porém “distanciando-se de uma posição de classe”. (CALLINICOS, 2002, p.198, tradução nossa). Com referência no marxismo, a luta de classes deveria ser apreendida em suas múltiplas determinações objetivas e históricas, precisamente, porque a totalidade que envolve a luta de classes e a divisão capitalista do trabalho é rica em determinações. Com efeito, a forma social luta de classes é uma categoria subjetiva cujo eixo objetivo (situado no tempo e no espaço) reside numa divisão capitalista do trabalho, de natureza técnica, regional, internacional, étnica, etária, sexual, etc. Por isso, nenhum dos pólos em luta pode se unificar através da eliminação arbitrária das distinções, das pluralidades e das multiplicidades que lhes são inerentes. Assim, como foi visto acima, na crítica da economia política, além do capital em geral existem os capitais numerosos, personificados por industriais, comerciantes, banqueiros, etc. Na sociedade capitalista, além dos trabalhadores assalariados de todos os setores (como indústria, serviços e agricultura) que formam o exército industrial ativo (FA), existe a superpopulação relativa flutuante (Fn), latente (Ln) e estagnante (En). Toda estabilidade no seio do proletariado é relativa, pois suas dimensões e fronteiras dependem da dinâmica da acumulação do capital. No mito da sociedade biopolítica, ao contrário, “nenhum emprego é estável”, em termos absolutos, e “[...] não existe exército industrial, no sentido de que os operários da indústria não formam mais uma unidade coerente e compacta, por força tanto do “paradigma imaterial”, quanto da “flexibilidade do mercado de trabalho”, que implicam o desaparecimento da “distinção entre os ativos e os desempregados”, de um lado; e, do outro, “[...] não existe ‘reserva’ na medida em que nenhuma mão-de-obra se situa fora dos processos de produção social” (HARDT; NEGRI, 2004, p.164, tradução nossa), cujo “único objetivo

verdadeiro” reside na “riqueza comum”, ou seja: “a verdadeira riqueza, que é um fim em si, reside no comum, soma dos prazeres, dos desejos, das capacidades e das necessidades que todos temos em comum.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 183, tradução nossa). No “paradigma da produção imaterial”, a concepção da “produção do valor” é feita “a partir do comum”, enquanto que “a exploração” é definida “como a expropriação do comum”, cuja “forma mais pura são os lucros do capital financeiro”. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 184, tradução nossa). Os próprios autores desse paradigma acham paradoxal que o comum se situe nas ‘duas extremidades da produção biopolítica’, ou seja:

Simultaneamente resultado artificial e base constitutiva, o comum é aquilo que constitui a substância móbil e flexível da multidão. Consequentemente, de um ponto de vista ontológico, o poder constituinte da multidão é a expressão desta complexidade e o elemento que perpassa o comum para exprimi-lo da maneira mais ampla e mais efetiva possível. (HARDT NEGRI, 2004, p. 395, tradução nossa).

Como esse conceito humanista pós-moderno de produção de riqueza não tem mais o valor e, portanto, a mais-valia por base racional, em nenhum momento, nenhuma mão de obra pode ser nem ativa nem reserva, nem agrícola nem industrial, etc., perante o advento da nova forma de exploração, na qual “o capital financeiro aposta no futuro e funciona como a representação geral de nossas capacidades produtivas comuns que advirão.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 395, tradução nossa).

Em compensação, no modelo a seguir, baseado no conceito marxiano de proletariado, cada par 1 e 2 pode representar as desigualdades espaciais (urbano e rural), sexuais (masculino e feminino), étnicas (branco e negro), etárias (idosos e jovens), dentre outras - como aquela que considera uma desigualdade na escala mundial, entre a “economia-mundo”, na qual a exploração é “regular” ou “relativamente não desumana”, e a “economia-imunda”, na qual a exploração é “mineira” (predatória) ou “desumana”. (GUIBERT, 2004, p. 8).



Modelo 1 - Unidade e diversidade do proletariado

Legenda: Assalariados $F_1 + F_2 + F_A$
 Superpopulação relativa flutuante = $F_1 + F_2$
 Superpopulação relativa latente = $L_1 + L_2$
 Superpopulação reativa estagnante = $E_1 + E_2$
 Fontes: Marx (1976); Farias (1988).

As respectivas totalizações dos proletários (no conjunto e nos subconjuntos) envolvem unidade e diversidade, em circunstâncias situadas no tempo e no espaço, que não são estabelecidas a priori pela análise concreta, como afirmam os filósofos pós-marxistas ocidentais: “A unidade é geralmente associada a Marx [...]” enquanto que “a pluralidade está no coração do liberalismo [...]”, mas “estas perspectivas são ambas verdadeiras.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 129, tradução nossa). Porém, a luta de classes na sua unidade e na sua diversidade — não no sentido social-liberal desses autores mas no sentido marxiano do termo — permanece indispensável na abordagem crítica e revolucionária da sociedade capitalista contemporânea. Em vez de se limitar aos esquemas liberais ou regulacionistas de interpretação dualista do trabalho formal versus trabalho informal, empregado versus desempregado, o recurso à concepção marxista de unidade e diversidade do proletariado, com suas fronteiras dinâmicas e obedientes às leis gerais da acumulação capitalista (MARX, 1976), serve para compreender e transformar a situação atual de trabalho flexível, móbil e precário. Em compensação, a consolidação da produção capitalista (abordagem marxista) com a produção biopolítica (abordagem estruturalista) num único modelo eclético provocou muitos estragos na abordagem antisistêmica. Após essa revisão social-liberal eclética (pós-moderna e pós-marxista), desaparece a objetividade da própria essência da exploração e da dominação de classe no seio

do processo de produção voltado para a busca imediata de mais-valia (e, portanto, do lucro). O abandono de qualquer distinção concreta na categoria proletariado “[...] deixou o lugar para uma vasta zona cinzenta, no seio da qual os indivíduos oscilam de maneira precária entre o emprego e o desemprego” (HARDT; NEGRI, 2004, p.164, tradução nossa), nas suposições de que “[...] a vida social pós-moderna provocou a implosão das velhas identidades” (HARDT; NEGRI, 2004, p.131, tradução nossa), de que “o pobre é a encarnação da produção biopolítica. Somos todos pobres (HARDT; NEGRI, 2004, p.185, tradução nossa). Trata-se do abandono da dialética por uma antinomia na qual a pobreza é produtiva de riqueza, mas “a riqueza que ela cria lhe é usurpada e este ato está na origem de seu antagonismo. Entretanto, ela não perde sua capacidade de produzir riqueza, na qual reside sua potência. E nesta combinação de antagonismo e de potência que se forja uma subjetividade revolucionária.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 186, tradução nossa). É nesta combinação de antagonismo e de potência que se forja uma subjetividade revolucionária” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 186, tradução nossa). Assim, tanto a moderna “guerra à pobreza”, como a pós-moderna guerra da pobreza contra o império “separa os efeitos de suas causas”, de sorte que “é sempre uma guerra perdida, data a estrutura causal do sistema de capital — os imperativos estruturais de exploração que produzem a pobreza.” (MESZÁROS, 1995, p. xvi).

Nessa filosofia da miséria pós-moderna, no lugar da luta de classes concreta aparece um pseudoconcreto, “[...] a multidão como o conjunto daqueles que trabalham sob a tutela do capital e, então, potencialmente, como a classe daqueles que recusam a dominação do capital.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 132, tradução nossa). Portanto, “o conceito de multidão, é [...] completamente distinto daquele de classe operária, sobretudo tal que era entendida nos séculos XIX e XX” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 132, tradução nossa), inclusive por Marx (1976). A suposta vantagem do novo conceito de multidão sobre o velho conceito de classe operária reside no avanço da ideologia pós-moderna das transformações recentes da economia global, a saber: “[...] a classe operária industrial não assume mais um papel hegemônico nesta economia, ainda que seus efetivos não tenham diminuído na escala planetária”, de um lado; e, do outro, a produção pós-moderna (ou pós-fordista) deve ser abordada “[...] não somente como produção

de bens materiais, mas também como produção de comunicação, de relações, e de formas de vida.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 8-9, tradução nossa).

A miséria da filosofia política desses autores reside na sua ruptura com a ontologia marxiana do ser social, pois “a velha distinção entre lutas políticas e lutas econômicas” passa a ser tida como “um obstáculo à compreensão das relações de classe”, cujo conceito torna-se imediata e simultaneamente econômico e “político”, ou melhor: funde-se no ser “biopolítico”, no sentido de que o trabalho não pode se limitar ao trabalho assalariado, mas deve se referir às capacidades criativas humanas em toda a sua generalidade (HARDT; NEGRI, 2004, p. 131, tradução nossa). Embora os próprios autores dessa espécie de ontologia do ser biopolítico reconheçam suas “dificuldades de ordem conceitual”, bem como “suas ambiguidades”, fazem as afirmações duvidosas seguintes: a suposta hegemonia do trabalho industrial vai se extinguindo, seguindo “a tendência geral da transformação econômica em curso”, para ser progressivamente substituída por uma “nova forma hegemônica”, ou seja: “o trabalho biopolítico”, isto é, “um trabalho que cria não somente bens materiais, mas também relações e, em última instância, a própria vida social” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 136, tradução nossa); sob esse novo regime,

[...] a exploração não se resume mais à extração de mais-valia medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, [mas] “é antes de tudo a captura de um valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e que tende, circulando no seio de redes sociais, a se tomar valor comum. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 141, tradução nossa).

Para eles, entretanto, a hegemonia desse trabalho imaterial é apenas qualitativa e não quantitativa, pois se limita apenas a alguns tipos de emprego como “[...] o pessoal de serviço, os responsáveis das vendas, os engenheiros informáticos, os professores e os profissionais de saúde”, dentre outros, cuja prova empírica residiria nas estatísticas indicando o seu crescimento mais pronunciado nos países avançados (HARDT; NEGRI, 2004, p. 142, tradução nossa).

Na argumentação “de ordem mais qualitativa”, os autores admitem uma “tendência que nenhuma estatística seria capaz de medir”, qual seja: “o devir-biopolítico da produção”, em que a agricultura e as “outras formas de trabalho e de produção adotam as características próprias à produção imaterial”, aumenta a importância das formas de propriedade imaterial e, “de modo geral, a

forma da rede repartida que é própria ao trabalho imaterial torna-se a força motriz que permite compreender toda atividade social, das funções neuronais até às organizações terroristas” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 142-143, tradução nossa).

Portanto, na abordagem de Hardt e Negri, a biopolítica como “forma de produção hegemônica” é um *deus ex machina* capaz tanto de “transformar toda a sociedade à sua imagem”, quanto de torná-la inteligível (HARDT; NEGRI, 2004, p. 143, tradução nossa). O *Capital*, ao contrário, é uma obra escrita para pessoas determinadas a pensar por si mesmas. Por isso mesmo, segundo Tertulian (2001, p. 25, tradução nossa), é indispensável ao “[...] desenvolvimento de uma consciência anticapitalista, a partir do tecido muito diferenciado e heterogêneo das sociedades modernas.” É preciso ir para além daquela obra (MESZÁROS, 1995), para apreender as formas econômicas atuais, situadas na base das formas de reestruturação (que regeneram e refundem) e de desconstrução (que superam e enfraquecem) do Estado-nação. Os pós-marxistas ocidentais não explicitaram o elo orgânico atual entre a dialética do capital (inclusive sua natureza mundial) e a dialética do Estado (inclusive sua natureza imperialista). Supõem, simplesmente, que “[...] a hegemonia do trabalho imaterial se reflete nas formas contemporâneas da divisão global do trabalho e do poder” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 42, tradução nossa) de um lado; e, de outro, “a gestão das divisões globais do trabalho e do poder constitui uma das armas que o capital tem à sua disposição para manter seu reinado sobre a produção e a riqueza globais.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 185, tradução nossa). Como “[...] os órgãos do corpo político são, antes de tudo, divisões econômicas, uma crítica da economia política é necessária para uma boa compreensão da anatomia deste corpo” (HARDT; NEGRI, 2004, p.194, tradução nossa). Entretanto, o poder político é deduzido de um determinismo econômico, cujo ponto de partida é a negação tanto da base racional da crítica da economia política, como da gnosiologia e da ontologia do ser social. Assim, “as figuras singulares do trabalho pós-moderno não permanecem fragmentadas dispersas, mas tendem, comunicando e colaborando, a convergir no seio de um ser social comum”, a saber: um “corpo” ambivalente, pois é “rico e miserável”; uma categoria “amorfa”, mas que “é a matriz central da produção e da reprodução da sociedade contemporânea”; uma utopia abstrata e metafísica, mas que “encerra também a possibilidade de uma sociedade nova e alternativa”; enfim, um processo antinômico de corporificação que tanto “pode

formar os órgãos produtivos do capital global”, como pode levar a “uma organização autônoma dessas singularidades comuns, que exprimiria uma potência da encarnação”, a qual significa “[...] a capacidade que temos de nos transformar através da ação histórica e de criar um novo mundo. Considerado nessa perspectiva abstrata e metafísica, o conflito político torna-se o conflito entre duas maneiras de formar um corpo social global a partir da encarnação social da multidão.” (HARDT; NEGRI, 2004, p.191, tradução nossa). Por sua vez, a “nova” ontologia do ser biopolítico torna-se o demiurgo da emergência de “uma nova ciência da produção de riqueza e da constituição política” teleologicamente determinada por “uma democracia global”, burguesa e formal - concebida nos moldes dos “revolucionários do século XVIII”, que a “fizeram” na escala nacional; mas, se pode “fazê-la” atualmente na escala global (HARDT; NEGRI, 2004, p. 352-353). Nesse processo de democratização, aconteceria uma transformação idealista de quantidade em qualidade, pois nossos sonhos tomam um outro mundo necessário (senão possível). A escala global se aparenta cada vez mais ao único horizonte imaginável da mudança, e a democracia real à única solução praticável (HARDT; NEGRI, 2004, p. 358, tradução nossa). Nesse contexto, o “poder constituinte” é “uma decisão que emerge do processo ontológico e social do trabalho produtivo; de uma forma institucional que desenvolve um conteúdo comum; de uma plena extensão de forças que defende a progressão histórica da emancipação e da liberação; trata-se, em breve, de um ato de amor.” (HARDT; NEGRI, 2004, p.397, tradução nossa). Em compensação, como ato de razão, “o projeto político da multidão deve conseguir se referir às condições reais do presente” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 398, tradução nossa).

3 CRÍTICA DA FILOSOFIA POLÍTICA DO IMPÉRIO

3.1 A dialética do universal e do específico

Na experiência situada para além do fordismo e na era da globalização, Hardt e Negri vislumbram um desenvolvimento uniforme em todo o mundo, em acordo imediato com seu método idealista e com seu Império metafísico, cuja soberania é “única” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 150). Para eles, “as cores nacionais distintas do mapa imperialista do mundo se misturaram no

arco-íris mundial do Império”; ao inverso do imperialismo, “o Império não estabelece centro territorial do poder e não se apóia em fronteiras ou barreiras fixadas; trata-se de “um aparelho de governo descentralizado e desterritorializado, que integra progressivamente o espaço de todo o mundo no interior de suas fronteiras abertas e em expansão perpétua”. O Império gere identidades híbridas, hierarquias flexíveis e trocas plurais, modulando suas redes de comando” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 17, tradução nossa). Com o advento da era do Império,¹² o Estado-nação não desaparece, mas se reduz cada vez mais a um simples instrumento do capital, pois as firmas transnacionais estruturam e articulam

[...] diretamente territórios e populações, e tendem a transformar os Estados-nações em simples instrumentos para registrar os fluxos das mercadorias, das moedas e das populações que elas impulsionam. As sociedades transnacionais repartem diretamente a força de trabalho nos diferentes mercados, atribuem funcionalmente os recursos e organizam hierarquicamente os diversos setores da produção mundial. O aparelho complexo que seleciona os investimentos e dirige as manobras financeiras e monetárias determina a nova geografia do mercado mundial, isto é, realmente a nova estruturação biopolítica do mundo, (HARDT; NEGRI. 2000, p. 58, tradução nossa).

Defende-se aqui, ao contrário, tanto a idéia geral de dialética — e não de fusão antinômica — entre base e superestrutura, quanto a tese de que a mediação das contradições na escala mundial não significa o desaparecimento do silogismo da soberania inerente ao imperialismo, que ainda persiste, sob os ângulos da homogeneidade, da hierarquia e da diferenciação (LEFEBVRE, 1980). Assim:

Não somente as instituições internacionais existentes refletem a ordem hierárquica do poder real, no sentido de que são dominadas pelas potências capitalistas ocidentais, mas são também modeladas pelos conflitos entre estas potências, sobretudo entre Estados Unidos, Japão e Europa - esta última estando, por sua vez, bem longe de ser homogênea. Misturada a estas primeiras formas econômicas e políticas de competição, intervém a estrutura geopolítica entre os Estados Unidos, a Rússia e a China. Ignorar a profundidade destes antagonismos entre centros rivais do poder significa se enganar grosseiramente sobre a natureza do mundo contemporâneo. (CALLINICOS, 2002, p. 204, tradução nossa).

¹² Por sua vez, “o Império designa, sobretudo, a nova forma de soberania que sucedeu, à soberania estatal: uma forma de soberania ilimitada, que não tem mais fronteira, ou melhor, que só tem fronteiras flexíveis e móveis.” (HARDT, NEGRI, 2000, p. 153, tradução nossa)

Afirma-se, então, que a mediação estatal (nacional ou internacional) não é incompatível com o desenvolvimento desigual do mundo em termos de soberania. De fato, a mediação é uma categoria social e histórica cuja forma ideológica fenomênica é a regulação, a qual se situa, portanto, no tempo e no espaço. Do mesmo modo que não se deve julgar uma pessoa pelo que ela diz de si mesma, a mediação nos fenômenos objetivos contraditórios não é a regulação, como posição político-ideológica expressa subjetivamente por palavras, desejos e vontades. As formas da superestrutura não asseguram, como afirmam Hardt e Negri (2000 p. 313), uma regulação pela “aplicação efetiva da gestão e da autoridade capitalistas” sobre esses aspectos contraditórios para impor uma unidade sem luta, no seio do “mercado mundial por inteiro”, que tenderia “a ser o único domínio coerente”. No quadro do Império realmente existente, para além da regulação multilateral garantida por um *suft power*, a “nova doutrina” totalitária implementada pelos falcões de Bush se baseia sobre três princípios da regulação unilateral exercida por um *hard power*, a saber: “a ação preventiva armada, a derrubada dos regimes tidos por ameaçadores e a afirmação da preeminência estadunidense” (ATTAC, 2004, p. 45, tradução nossa). Ao contrário das críticas pós-marxistas ocidentais que trazem no seu bojo uma adesão implícita a essa nova regulação da ordem mundial certos apologistas do novo século americano, como William Kristol e Lawrence Kaplan, sublinham o equívoco de quem pensa que o lugar dos EUA “no mundo consiste em outra coisa além da dominação mundial”, de um lado; e, do outro, defendem um intervencionismo desenfreado na escala mundial, de sorte que “a questão atual não é a “arrogância” da América, mas a realidade incontornável de sua potência.” (ATTAC, 2004, p. 45, tradução nossa). Trata-se de uma realidade contraditória, pois essa potência “se atribui direitos imperiais especiais, ao mesmo tempo em que ganha cooperação ativa e multilateral das outras principais potências capitalistas.” (GOWAN, 2004b, p. 21, tradução nossa). Entretanto,

é certo que uma resposta eficaz às turbulências mundiais bem como a resposta ao terrorismo implementada em nome de uma visão mais estreita, exige que seja reconhecido papel decisivo da potência estadunidense, condição essencial da estabilidade mundial. Mas, passa também por um engajamento de longo prazo, inspirado tanto no sentido da justiça, como pelo interesse nacional dos EUA, destinado a facilitar a evolução da preeminência estadunidense para uma hegemonia de cooptação, exercendo sua liderança em nome das convicções

comuns envolvendo os aliados, mais do que através de uma dominação de fato. (BRZEZINSKI, 2004, p. 289 tradução nossa).

Porém, “a Guerra contra o Iraque e suas conseqüências têm demonstrado as dificuldades de efetivar, simultaneamente, os direitos de primazia e os sistemas de suporte multilaterais,” (GOWAN, 2004b, p. 22, tradução nossa).

Ao mesmo tempo em que “tais desafios podem aparecer em Washington como ameaças contra o prestígio e os interesses nacionais dos EUA e podem levá-los a envolvimento custosos e imprevisíveis em muitos e diferentes teatros simultaneamente.” (GOWAN, 2004b, p. 22, tradução nossa). Assim, as campanhas guerreiras estadunidenses iniciadas em 2001 contra diversos países (Afeganistão, Iraque, etc.) “[...] aparecem como os protótipos dos engajamentos militares do futuro, implementados com a ajuda de armamentos altamente avançados, capazes de atingir alvos muito seletivos sobre objetivos julgados nelvrágicos, em razão de seu valor militar ou de sua importância econômica.” (BRZEZINSKI, 2004, p. 31, tradução nossa).

Na totalidade formada pela economia capitalista mundial (TROTSKY, 1976, p. 250) e na era da mundialização pós moderna, em particular, se existe algo que permanece válido é o princípio da primazia ontológica da base econômica sobre a superestrutura política, jurídica e ideológica, nos níveis nacional e internacional (FARIAS, 2001, p. 70). A mediação assume um aspecto que implica, simultaneamente, a permanência do Estado-nação (ainda que reestruturado) e o devir do imperialismo pós-moderno, quando ocorre, certamente, a desconstrução da soberania dos Estados-nações, mas em termos quase absolutos para a periferia e relativos para o centro. Para imperialismo hegemônico global, em especial, trata-se tanto de dominar e de enfraquecer a soberania relativa dos Estados-nações, como de “[...] favorecer a emergência de uma comunidade internacional de interesses compartilhados [...]” (BRZEZINSKI, 2004, p, 17, tradução nossa), sob a eterna liderança e a soberania absoluta dos EUA. Em suma, o processo de globalização, “longe de atenuar ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, não fez senão potencializar extraordinariamente as assimetrias estruturais que definem a inserção nela dos diferentes países” e, portanto, “[...] consolidou a dominação imperialista e aprofundou a submissão dos capitalismo periféricos, cada vez mais incapazes de

exercer um mínimo de controle sobre seus processos econômicos domésticos.” (BORON, 2002, p. 13 -14, tradução nossa).

Existem, ainda, instituições internacionais que assumem a tarefa de fazer a regulação mais ou menos global, embora essas instituições apliquem atualmente uma política neomalthusiana (MEILLASSOUX, 1997). Com isso, a angústia e a decepção dos reformistas aumenta cada vez mais. Essas instituições e os capitais transnacionais implementaram políticas autoritárias de “governança”,¹³ em proveito de toda sorte de desordem e de parasitismo financeiro, que sufoca, na escala mundial, o conjunto e os subconjuntos do proletariado, que “não deveria experimentar violência excessiva, em geral, para além da acumulação primitiva, “ [...] mas, igualmente violência tão destrutiva que retiraria da ‘força de trabalho’ todas as características de humanidade e em particular esta liberdade que é pressuposta por sua entrada nos contratos mercantis da relação salarial, um Contrato mercantil dentre outros, pelo menos na teoria.” (GUIBERT, 2004, p. 5, tradução nossa). Mas a consciência do conflito e a resistência em bloco à opressão e à exploração, num momento para além do fordismo e na era da globalização pós-moderna, não é um dado a priori, ainda que as possibilidades atuais de lutas se tornem cada vez mais amplas e profundas.¹⁴ A especificidade da dialética entre integração e ruptura operária, relativamente às formas do capital e do Estado no centro e na periferia, não autoriza Hardt e Negri (2000, p. 324, tradução nossa) a constatar “[...] uma real convergência das lutas que perpassam o mundo, nos países dominantes, assim como nos países subordinados.” Esses autores só chegam a essa convergência abstrata porque negam o silogismo do Estado (PARIAS, 2000; 2001; 2004) e abandonam a análise concreta das experiências situadas no tempo e no espaço, onde se

¹³ Essas políticas autoritárias se fazem sob a forma fenomênicas pseudodemocráticas seja “*corporate*”, seja “*cosmopolitan*” (HELD, 1995, p. 128]. O voluntarismo da ideologia da governança se funda na premissa de que as práticas tradicionais de gestão e de governo referenciadas na soberania dos Estados-nações — e, portanto, na cooperação internacional, na transparência do elo entre matrizes filiais das firmas transnacionais, no estabelecimento da solidariedade entre gerações, no controle da mobilidade dos capitais, etc. —, não podem solucionar os problemas decorrentes da globalização. Deve-se, então, definir um paradigma de valores universais capazes de inspirar uma práxis ótima tanto no mundo dos negócios, quanto nos governos e nas chamadas organizações independentes, que assegurem, enfim, positivamente a regulação da globalização.

¹⁴ “A dialética da integração e da ruptura operária no seio do capital social global não se resolveu numa mediação capaz de eliminar a polaridade entre as classes sociais envolvidas, nem na modernidade do Estado social, nem na pós modernidade do Estado neoliberal.” (FARIAS, 2001. p.71)

estabelece a dialética real entre o Estado e o capital. Afirma-se aqui, ao contrário de Hardt e Negri, e de acordo com Balibar (1997; 2001), a permanência dos elos entre universalidade, particularidade e singularidade, no seio do silogismo do Estado. A colocação em causa deste silogismo resulta da hipótese fundamental de Hardt e Negri (2000, p.16, tradução nossa) de que o Império se exprime, essencialmente, por uma “nova forma mundial de soberania”, a qual se manifesta por intermédio de “[...] uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos sob uma única lógica de governo.” Isto envolve, implicitamente, a necessidade e o sucesso do “bem comum” imperial, no sentido neoconservador do termo, qual seja;

1º) o mundo complexo requer um pensamento crítico positivo para resolver os problemas que são o quinhão cotidiano de toda pessoa responsável; 2º) a criação de riqueza - que é a base do progresso - repousa sobre a mobilização das inteligências em torno de um projeto comum; e 3º) preservar a coerência do mundo necessita de um pensamento estruturante em oposição ao relativismo. (ROCHET, 1998, tradução nossa)

Até mesmo os apologistas do bem comum Ocidental - o qual inclui a “sede de petróleo” do “clã dos falcões” norte-americanos - deixam momentaneamente de proceder como “avestruzes” e retiram a cabeça da areia do Iraque para perceber que “pela primeira vez, o racha entre Ocidente e Ocidente divide a política mundial, ameaça a construção europeia, prejudica a OTAN e paralisa as organizações internacionais.” (GLUCKSMANN, 2003, p. A24).

Na realidade, a conjuntura é de crise da ideologia do Império coletivo ideal, porque se posicionaram no seio de um mesmo silogismo, com seus interesses gerais, particulares e singulares, o imperialismo norte-americano estadunidense, o imperialismo europeu-atlantista inglês, o imperialismo europeu-continental francês, etc. Portanto, a crise iraquiana mostra a impossibilidade da lógica unitária de governo mundial, pois a existência específica dos regimes de acumulação não desaparece na mundialização do capital; do mesmo modo que a hierarquia e a diferenciação imperialistas não se dissolvem num Império homogêneo, que resultaria da instalação uniforme de uma ordem mercantil desenvolvida, situada para além do tempo e do espaço. As determinações espaciais são negligenciadas por Hardt e Negri (2000, p. 406, tradução nossa), na medida em que pensam que: “A geografia do desenvolvimento desigual e as linhas de divisão e de hierarquia não se encontram mais sobre fronteiras estáveis,

nacionais ou internacionais, mas sobre limites fluidos infra e supranacionais.” Nesse quadro, onde o centro está em toda parte e a periferia em lugar algum, os pós-marxistas pós-modernos supõem a existência linear de “um quase-Estado mundial do regime disciplinar”, pois:

Quando uma nova sociedade se forma, integrando simultaneamente o desenvolvimento do capital e a proletarização da população num processo único, a forma política da autoridade deve, por sua vez, ser modificada e articulada de uma maneira e sobre uma escala adequada a este processo. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 314, tradução nossa)

Não foi, simplesmente, “a empresa capitalista” que provocou a terrível “mundialização dos mercados”, já que essa mundialização vem de uma conquista operária; ela “[...] foi, realmente, o resultado dos desejos e das exigências da mão-de-obra taylorista, fordista e disciplinada através do mundo.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 315, tradução nossa). Assim, como resposta aos movimentos das subjetividades aspirantes [...] nos países dominantes, assim como nos países subordinados, foi preciso impor uma nova forma de controle para estabelecer a autoridade sobre o que não era mais controlável em termos disciplinares.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 314, tradução nossa).

Tanto a apologia explícita do *Welfare State*, que o considera como um ideal-tipo do Estado em geral, como a apologia pós-marxista do Estado sem frase, que se torna um molde para derramar a substância do “fordismo periférico” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 300), não correspondem às formas de Estado assumidas no desenvolvimento do capitalismo industrial na periferia (FARIAS, 2001, p. 231). Enfim, a noção regulacionista de governo disciplinar implementada pelos governos populistas e militares brasileiros, ambos de inspiração fascista, não é útil para apreender a real situação do Estado periférico no que concerne ao “disciplinamento dos fatores de produção” (FARIAS, 1988), de um lado; e, do outro, no que concerne ao aspecto pós-moderno do Estado capitalista periférico brasileiro (FARIAS, 2001, p. 233).

A mesma inutilidade existe no que se refere à situação concreta dos países centrais. Com efeito, a análise realizada anteriormente sobre o regime de acumulação instalado autoritariamente desde 1979 mostrou a dominação exercida pelas finanças (FARIAS, 2003a). Esse fenômeno, porém, já assumiu configurações muito diversas, ao lado das mutações ocorridas tanto nas relações entre os Estados-nações e as frações do capital, quanto nas relações políticas

entre os que personificam o capital e a força de trabalho (CHESNAIS, 1999). Portanto, ainda está por acontecer, no centro e na periferia, a era da superação do silogismo da ordem imperialista, quando, supostamente, o “Império” se torna “a forma global da soberania contemporânea” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 6), ao mesmo tempo em que, hipoteticamente, “no Império, o capital e a soberania se confundem totalmente.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 380, tradução nossa). Porém, a idéia pós-moderna de era do Império de soberania única não se funda “[...] nenhuma análise séria dos processos de concentração e de centralização do capital de reorganização geopolítica dos espaços de acumulação ou das novas estratégias de rearmamento e de intervenção militar.” (BENSAID, 2001b, p. 12, tradução nossa).

Por isso na nova obra escrita a quatro mãos, intitulada *Multidão*, que tenta tanto levar em conta eventos como o 11 de setembro de 2001 e a Guerra do Iraque de 2003, quanto contrapor as “reivindicações democráticas globais” ao regime imperial “autoritário e totalitário” pós-moderno, os autores da filosofia política do “comum” se viram obrigados a descartar a dialética materialista e a permanecer no idealismo subjetivista, através de um ingênuo raciocínio antinômico. Por um lado, com bombardeio massivo de metáforas, por um lado, narra um “estado de guerra global”, onde “esta guerra é portadora de morte, mas deve também, paradoxalmente, produzir vida”, pois “a guerra se tornou um regime de biopoder, isto é, um modo de governo que não visa somente controlar a população, mas, também, produzir e reproduzir todos os aspectos da vida social.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 26-27, tradução nossa). Por outro lado, afirma uma suposta dupla face da mundialização, a saber: a “uniformização” do Império versus a “diferenciação” da multidão (HARDT; NEGRI, 2004, p.7).

3.3 A dialética do governo e do Estado propriamente dito

No contexto capitalista situado para além do fordismo e na era da globalização, essencialmente, nenhuma forma social e histórica se consolidou - nos aspectos tanto subjetivo da luta de classes como objetivo da divisão do trabalho- que deva se manifestar no nível fenomênico como um governo burguês formal e imperial. Em primeiro lugar, porque o imperialismo hegemônico global “[...] não está disposto a ceder sua soberania a uma autoridade supranacional,

num mundo desprovido do consenso mínimo necessário para o nascimento de tal governo.” (BRZEZINSKI, 2004, p. 289, tradução nossa). Em segundo lugar,

a única forma de ‘governo mundial’ concebível atualmente seria uma ditadura mundial estadunidense - uma construção essencialmente instável e destinada à queda. Pode-se perceber na noção de governo mundial um doce sonho ou um pesadelo mas, seguramente, no uma perspectiva credível para algumas gerações futuras. (BRZEZINSKI, 2004, p. 289 -290, tradução nossa).

Lamentavelmente, em Hardt e Negri, a utopia do Império de soberania única serve de ponto de partida para atacar o proletariado sob dois aspectos, quais sejam: como premissa ideológica, alimenta, em certos momentos, “acentuações de menosprezo social para com um proletariado preso à defesa do emprego e das condições de vida, suspeito de se apegar com egoísmo a privilégios corporativos”; como premissa lógica, promove “o abandono das noções de luta de classe e de classes sociais, em proveito daquela multidão” (BENSAID, 2001b, p. 12, tradução nossa), tida como “a classe global” por excelência (HARDT; NEGRI, 2004, p. 11).

Enquanto Hobbes passava da classe social nascente à nova forma de soberania, trabalhamos hoje a partir da nova forma de soberania na direção da classe. Invertamos o procedimento de Hobbes porque, enquanto que a burguesia nascente tinha necessidade de recorrer a uma potência soberana para garantir seus interesses, a multidão emerge, ao contrário, no seio da nova soberania imperial e tende para a sua superação. A multidão trabalha o Império internamente a fim de criar uma sociedade alternativa. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 11, tradução nossa).

Segundo Hardt e Negri (2000, p. 262), o Império propriamente dito emana de um poder constituinte, originário não mais da luta de classes, tendo por eixo a divisão capitalista do trabalho, mas da “dialética entre as forças produtivas e o sistema de dominação”, na escala mundial, que se manifesta no seio do governo global tanto por aparelhos burocráticos e administrativos, como pela democracia formal e constitucional, tomados valores universais. O Império manifesta-se através de aparelhos estatais legítimos, ao mesmo tempo “[...] nacionais e supranacionais unidos sob uma lógica única de governo.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 16, tradução nossa). Além da hipótese absurda de primazia de

um imperialismo multilateral¹⁵ existem duas suposições implícitas nessa idéia da estrutura do Império.

Na primeira suposição, na elaboração dessa estrutura, “assegurando, em todas as suas etapas, uma infinidade positiva ao seu princípio, o idealismo transforma a natureza do pensar, sua autonomização histórica, em metafísica.” (ADORNO, 1978, p. 28, tradução nossa). Como na vulgarização stalinista, o motor da história é o desenvolvimento das forças produtivas e não a luta de classes.¹⁶ Assim, na estrutura imperial - inspirada, precisamente, na metafísica do racionalismo moderno -, o motor da história passou a ser atribuído, idealmente, a militância e não á luta de classes, de sorte que “[...] o militante é o único que exprime o melhor possível a vida da multidão: o agente da produção biopolítica e da resistência contra o Império” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 494, tradução nossa). Esse revisionismo pós-moderno supõe que “o poder imperial se funda sobre a ruptura de toda relação ontologicamente determinada” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 253, tradução nossa). Dai, a visão antinômica na qual o capital e o poder imperiais se apresentam como a imagem invertida da produtividade, do movimento e do poder da multidão, Assim,

a multidão é a força produtiva real de nosso mundo social, enquanto que o Império um simples aparelho de aprisionamento, que só vive da vitalidade da multidão - isto é, parafraseando Marx, um regime vampiro de trabalho morto acumulado que só sobrevive sugando o sangue do vivo. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 94, tradução nossa).

Desse modo, “o capital imperial” se lança ao ataque renitente dos movimentos da multidão:

[...] patrulha os mares e as fronteiras; divide e separa em cada país; e no mundo do trabalho reforça as clivagens e as fronteiras

¹⁵ “O multilateralismo jamais constituiu uma alternativa séria, para quaisquer das frações da elite americana, com exceção, talvez, de alguns antigos círculos liberais marginalizados e de personagens como Jimmy Carter. Bill Clinton, que não tinha nenhuma confiança em seu companheiro democrata Jimmy Carter, poderia muito bem invocar o multilateralismo, mas não hesitou em agir de forma unilateral (como aconteceu quando ele mandou bombardear a Servia, durante a crise do Kosovo, apesar das objeções européias).” (BULLARD, 2003, p. 1, tradução nossa).

¹⁶ Com efeito, “quando se trata de qualificar o novo proletariado, fala-se de ‘multidão’, de uma pluralidade de sujeitos, de um movimento na qual operam singulares cooperadoras. A diferença é abissal com o conceito de ‘classe’. (NEGRI, 2001b, p. 159). Além do mais, a análise unilateral e fragmentada do filósofo italiano o impede de perceber que a divisão capitalista do trabalho (na qual se enraíza objetivamente o Estado) serve de eixo para a luta de classes (na qual se enraíza subjetivamente o Estado), exprime uma correlação de forças entre a burguesia e o proletariado.”

de raça, de sexo, de língua, de cultura, etc. Por isso mesmo, portanto, deve estar atento para não irrem excessivamente a produtividade da multidão, porque o Império também depende deste poder. É preciso permitir aos movimentos da multidão que ele se expanda sempre mais na cena mundial, e as tentativas de reprimi-los só realmente paradoxais, manifestações era negativo da força desta multidão. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 480, tradução nossa).

Para Hardt e Negri (2000, p. 72, tradução nossa): “O fim da dialética da modernidade não engendrou o fim da dialética da exploração. Hoje, quase toda humanidade está mais ou menos absorvida nas redes da exploração ou subordinada a elas.” A forma de dominação que corresponde a essa exploração globalizada não resulta da dialética entre subjetividade (sob esse aspecto, a luta de classes é a essência do Estado, que se manifesta como legitimação estatal) e objetividade (sob esse aspecto, a divisão do trabalho é a essência do Estado, que se manifesta como aparelhos burocrático- administrativos). De fato, Hardt e Negri tentaram tanto “[...] descer para o nível do concreto e explorar ali a transformação material do paradigma do poder”, como “descobrir os meios e as forças de produção da realidade social, bem como as subjetividades que a animam.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 47-48, tradução nossa).

Derivaram, porém, a estrutura da forma-Império da fusão entre objetividade e subjetividade - assim como entre base e superestrutura, produção e reprodução, estratégia e tática - sob um “biopoder no seio da sociedade de controle” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 48), em geral; e, em particular, entre Estado (essência) e governo (aparência) na escala mundial. Nesse novo paradigma da forma estatal foi suposta uma preponderância da Carta das Nações Unidas no seio da democracia burguesa formal do Império, que levou a sua filosofia política a uma afirmação bastante ingênua e duvidosa, qual seja: “a noção de direito” determinada por aquela Carta aponta para “[...] uma nova fonte positiva de produção jurídica, eficaz na escala mundial - um novo centro de produção normativa capaz de assumir um papel jurídico soberano.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 27, tradução nossa).

Na realidade, “por seu burocratismo e natureza elitista”, trata-se de uma organização internacional “destinada a respaldar os interesses dos grandes poderes imperialistas, e muito especialmente o dos Estados Unidos” (BORON, 2002, p. 22), os quais dão a última palavra sobre a efetividade da chamada produção jurídica imperial. Esse fato compromete “o ponto de partida” da filosofia

política regulacionista do Império, sob “uma nova noção do direito.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 32). A legitimação imperial seria uma expressão fenomênica das resistências dos movimentos sociais – como “[...] os eventos da Praça Tienanmen em 1989, a intifada palestina contra a ocupação israelita, os distúrbios de Los Angeles em 1992, o levante zapatista de 1994, as greves que paralisaram a França em dezembro de 1995 e as que afetaram a Coréia do Sul em 1996” - que, essencialmente, “se tomaram incomunicáveis”, isto é, “nenhum destes eventos inspirou um ciclo de lutas, porque os desejos e as necessidades que exprimiam não podiam ser ‘traduzidos’ e transpostos de um contexto para outro”, embora tenham “[...] colocado problemas de importância supranacional, problemas que são próprios à nova configuração da regulação capitalista imperial.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 85, tradução nossa). Portanto, a hipótese absurda de superação da luta de classes no Estado social de Aglietta ou de Habermas (FARIAS, 2000; 2001) se repete como farsa no Império de Hardt e Negri (2000). Ao contrário do que afirmam esses filósofos pós-modernos, os fóruns, as conferências, as greves e os protestos contemporâneos evidenciam que “[...] existe uma linguagem comum e uma compreensão comum entre as diferentes lutas que se entabulam no mundo todo contra a ditadura do capital.” (BORON, 2002, p. 35).

Na segunda suposição, os filósofos em questão adotaram a perspectiva polibiana do Império Romano, através da fórmula que combina traços monárquicos, aristocráticos e democráticos. Trata-se da forma piramidal seguinte: no pico se situam as autoridades “monárquicas” (EUA, G7, OTAN, FMI e Banco Mundial); no nível intermediário, a autoridade é repartida no seio de uma elite “aristocrática” (as firmas multinacionais e os Estados-nações); embaixo, existem os órgãos “democráticos”, representando os interesses populares (Assembléia Geral da ONU, ONG’s) (HARDT; NEGRI, 2000, p. 377). Essa fusão abstrata leva a parceria ítalo-americana a afirmar, de um lado, que a OMC, o Bird e o FMI formam uma estrutura “de organismos jurídico-econômicos mundiais” capazes de superar “a eficácia das estruturas jurídicas nacionais” no apoio “à globalização da produção e da circulação”; e, de outro lado, que, “embora a Nação tenha sido sempre uma arma eficaz, traz consigo toda uma série de estruturas e de ideologias repressivas [...], sendo que toda estratégia que repousa sobre ela deve, então, ser rejeitada por esta razão.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 407-408, tradução nossa). Entretanto, a avaliação positivista dos ideólogos do Império encerra uma

radical ignorância da natureza imperialista dessas instituições internacionais que fixam parâmetros neo- malthusianos e controlam cotidianamente as políticas públicas dos países periféricos, de um lado; e, do outro, oculta que o chamado poder moderado é descartado em última instância, que a repressão passa a ser implementada unilateralmente pelos Estados Unidos, como no Kosovo (em 1999) e no Iraque (em 2003). Como os fatos teimaram contra a visão positivista dos aparelhos imperiais, veio a desculpa de que houve “golpe de Estado contra outros países dominantes” ou melhor, “fuga da lógica” imperial (NEGRI, 2003, p. A26).

O que se chama ‘unilateralismo’ dos Estados Unidos, ou seja, o direito auto-concedido em toda parte do mundo onde eles estimam que seus interesses nacionais estão em jogo, teria sido qualificado de atitude imperialista em outros tempos. Os objetivos econômicos do Estado americano, por sua vez, correspondem em vários pontos às características do imperialismo analisadas por Hilferding, Boukharine, Lênine ou Rosa Luxembourg. Deve-se observar que, por outro lado, embora o termo imperialismo tenha sido abandonado por certos autores de filiação marxista em proveito do ‘império’, desde o 11 setembro, aquele termo apareceu, pelo menos duas vezes, na imprensa britânica das finanças. Nesse sentido, o Financial Times, explicou a necessidade de um retomo a um ‘imperialismo benevolente’ para por fim à desordem mundial. (SERFATI, 2003, p. 1, tradução nossa).

Portanto, na teorização do mundo imperial não se censuram as derivas maniqueístas de um Império que, por uma obediência excessiva às lógicas (tomadas por homogêneas) da reestruturação e da globalização do capital, deixou de apreender, por um lado, o sentido dos interesses específicos das nações dominadas (atacados pelo FMI, pelo Banco Mundial, pela OMC, etc., para aumentar a dependência da periferia em relação ao centro); por outro lado, o sentido das oposições de interesses entre as nações dominantes. Isso aparece sob diversas formas: no debate sobre a Europa a propósito da escolha entre um “Estado federativo” ou de uma “federação de Estados independentes”; na diferença cada vez maior entre os orçamentos de defesa da Europa e dos Estados Unidos (que exige respeito incondicional à sua liderança); nas posições européias sobre os ataques ao Afeganistão (conflitos relativos à formação de uma coalizão de guerra antiterrorista) e ao Iraque (conflitos concernentes à formação de uma coalizão de “guerra preventiva”).

Na reunião de 6 de junho de 2002, os governos dos Estados membros da OTAN haviam sido prevenidos sobre a posição de restauração bélica dos EUA,

a ser apresentada por Donald Rumsfeld. Os ministros presentes receberam antes uma carta comum de José Maria Aznar e Tony Blair, solicitando explicitamente a preparação da reorientação da OTAN contra “o terrorismo internacional e as armas de destruição massiva”. (LA GORCE, 2002, p.11). O apoio subimperialista à tentativa de implementação da estratégia da “guerra preventiva” foi recusado especialmente pela França e pela Alemanha, tanto na OTAN (em 2002) quanto na ONU (em 2003).¹⁷

Em vez de perceber o advento da legitimação na escala mundial - concebida e aplicada desde os anos 90 pelos falcões de Washington, de maneira totalitária e imperialista -, a lógica de Hardt e Negri afirma que a legitimação de Estado imperial se manifesta na Carta das Nações Unidas. Essa Carta declara, no seu preâmbulo: “Nós, povos das Nações Unidas, resolutos a preservar as gerações futuras do flagelo da guerra [...] e a instituir métodos que garantam a não utilização da força das armas, salvo no interesse comum, [...] decidimos associar nossos esforços para realizar estes desígnios”; e, no seu artigo inicial, estabelece que a ONU tem por primeira finalidade tanto “manter a paz e a segurança internacionais”, como “reprimir todo ato de agressão ou outra ruptura da paz”; portanto, do ponto de vista das leis internacionais, a “guerra preventiva” contra o Iraque desencadeada em 20 de março de 2003 é uma “agressão ilegal” (RAMONET, 2003, p. 1).¹⁸

¹⁷ Após a invasão do Iraque, para evitar impasses originários de eventuais desacordos entre países imperialistas, os EUA alteraram sua estratégia de implantação militar na Europa e no Oriente Médio, de sorte que as forças americanas foram mudadas da Alemanha, da Turquia e da Arábia Saudita para países que apoiaram a ofensiva contra o Iraque (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 maio 2003, p. A9).

¹⁸ Enquanto isso, de 20 a 21 de março de 2003, os chefes, de Estado e de governo da União Europeia se reúnem em Bruxelas para discutir, por um lado, os encaminhamentos da estratégia de Lisboa (ou seja, o desenvolvimento de uma economia fundada no conhecimento e na subsunção da totalidade da vida na Europa ao capital), por outro lado, a chamada crise iraquiana. Sobre o primeiro ponto, é reafirmada a mundialização neoliberal, sobre o segundo, “o papel das Nações Unidas é redefinido, em menosprezo de sua Carta. Se esta instituição tinha por função prevenir os conflitos e resolver os litígios internacionais por meios pacíficos, os chefes de Estado e de governo da UE se restringem a uma perspectiva mais realista. O ‘papel central que deve continuar a ser assumido pela ONU’ se reduz a coordenar a assistência no período posterior ao conflito. A UE deveria demandar à ONU um mandato forte para esta missão’. Tendo abandonado toda pretensão verdadeiramente política, desde então, a UE só concebe a ONU como o contexto geral da ajuda humanitária e da reconstrução situada depois do conflito. Impõe-se, então, uma divisão de tarefas entre os Estados Unidos e sua ‘coalizão e a UE: os americanos fazem o escalpo e os partidários da ‘medicina doce’ se ocupam, como na ex-Yugoslávia, da fase pós-operatória. (BROWN, 2003, p. 1, tradução nossa).

Em 18 de março de 2003, a Comissão Internacional de Juristas, instalada em Genebra como órgão consultivo da ONU, já havia se posicionado contra um ataque ao Iraque sem mandato da ONU, pois “tal ato seria ilícito e constituiria uma guerra de agressão.” (RAMONET, 2003, p. 1, tradução nossa). Enfim, no que concerne à primazia da prática sobre a teoria, o conceito de governo imperial (com seus aparelhos de Estado legítimos) se toma cada vez mais insustentável, pelas contradições ululantes que a análise de Hardt e Negri tenta ocultar. Assim, a suposta monarquia imperial exige a aplicação dos direitos humanos nos países do chamado “Eixo do Mal” (Iraque, Iran, e Coréia do Norte), mas exigiu dos tribunais a cessação de suas perseguições contra a firma transnacional Exxon Mobil, quando acusada de cumplicidade com a repressão na Indonésia (BIRNBAUM, 2002, p. 3).

O que é ainda mais grave é que, em 1996, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia considerou ilegal a utilização de armas nucleares, salvo “em circunstâncias extremas de autodefesa, nas quais a sobrevivência mesma de um Estado esteja em jogo”; enquanto que, nos Estados Unidos — em sua Revisão de Postura Nuclear (RPN) de 8 de janeiro 2002, submetida ao Congresso em 31 de dezembro de 2001 —, “os planejadores militares do país pedem o desenvolvimento de novas armas nucleares mais adequadas para atacar alvos no Iraque, entre outros países,” (FOLHA DE SÃO PAULO, 24 mar, 2003, p. A19).

3.4 A gênese da particularização e da autonomização relativa

A consolidação histórica do “mundo imperial” se encontra no suposto desenvolvimento, em todo o mundo, da experiência de “governabilidade disciplinar”¹⁹ do *Welfare State*. Curiosamente, o esboço do Império teria sido visto pela análise marxista do imperialismo, no começo do século XX. Mas sua consolidação definitiva no New Deal é uma solução “[...] para a crise comum a todos os Estados capitalistas dominantes, após a Primeira Guerra Mundial [...]” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 300, tradução nossa).

¹⁹ Com essa categoria “[...] não evocamos simplesmente as formas jurídicas e políticas que o organizam. Referimo-nos, essencialmente, ao fato de que, numa sociedade disciplinar, a sociedade por inteiro, com todas as suas articulações de produção e reprodução, se encontra subsumida à autoridade do capital e do Estado; e que esta mesma sociedade tende, gradualmente, mas com uma continuidade infrangível, a ser dirigida unicamente por critérios da produção capitalista. *Uma sociedade disciplinar é, então, uma sociedade-usina.*” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 300).

Na gênese do Império, existe uma racionalidade em ato, que pode ser reconhecida nem tanto em termos de tradição jurídica, mas, mais claramente, na história, freqüentemente ocultada, da gestão industrial e da utilização política da tecnologia. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 68, tradução nossa).

Nessa “racionalidade”, não existe lugar para a gestão da existência do Estado como um ser particular, que tem uma autonomia relativa diante do capital. No século XX, ocorreu a “formação da multidão dos produtores explorados e submissos, assim como o nascimento das condições de cidadania da multidão” que “só se difundiram e se firmaram” após a “revolução de 1989” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 474),²⁰ momento em que a multidão pariu enfim o Império. Porque “a constituição do Império não é a causa, mas a consequência da ascensão destes poderes novos” resultantes de todas as lutas contra o totalitarismo e o imperialismo, que, “[...] no seu todo, impulsionaram para adiante e transformaram os termos dos conflitos de classes, colocando as condições de uma nova subjetividade política - uma multidão insurgida contra o poder imperial” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 474-475, tradução nossa). Essa antinomia pessimista apreende o Império, situando-o no estágio supremo do imperialismo, que não teve, então, nenhuma superação dialética (NEGRI, 2001a). Entretanto, a ultrapassagem do moderno pelo pós-moderno significa, também, que a “sociedade disciplinar” foi substituída pela “sociedade de controle”, onde não existe mais lugar para a polarização entre capitalistas e trabalhadores, pois teria ocorrido um processo de democratização dos “mecanismos de controle”, tornados “sempre mais imanentes ao campo social, difundidos no cérebro e no corpo dos cidadãos”, sem esquecer que “este controle se estende muito além dos sítios estruturados das instituições sociais, pelo viés de redes flexíveis, moduláveis e flutuantes,” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 48-49, tradução nossa).

Ainda que, para estes autores, o advento do Império não seja exatamente o fim do Estado-nação, eles aderem substancialmente à posição (expressa antes e após a eclosão da guerra nos Bálcãs) tomada por Hobsbawn (BALIBAR, 2001, p. 34, tradução nossa) qual seja: aquele fim seria “[...] um

²⁰ “A globalização que começa realmente em 1989, não resulta somente da ação de extensão de um império quando o outro desaparece, mas emerge de fenômenos históricos absolutamente fundamentais. A globalização é um ponto de convergência das lutas operárias e proletárias, que não é mais possível regular no interior do espaço do Estado-nação.” (NEGRI, 2001b, p. 155).

fenômeno essencialmente positivo, um progresso da humanidade afirmando-se como tal em detrimento do particularismo nacional e levando assim a bom termo o grande projeto universalista da modernidade.”²¹ Falta saber se a tese positivista sobre o advento do Império ainda fica de pé nos dias de hoje, depois que um Estado nacional isolado ou em coalizão atacou, respectivamente, o Afeganistão (por vingança) e o Iraque (por prevenção) mantendo o resto do mundo de fora (inclusive a própria ONU, na crise do Iraque). O obreiro-otimismo na escala mundial permanece teimoso, pois, para ele, é somente “[...] a última tentativa para manter o resto do mundo de fora, que explode em 11 de setembro.” (NEGRI, 2001b, p.157). No entanto, na sequência destes eventos, falta ainda cumprir duas tarefas: por um lado, fazer uma nova taxonomia para a ontologia do Império, a fim de situar a posição relativa tanto à “pirâmide da constituição mundial”, quanto à “multidão” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 377) daqueles que causam explosões de terror, de choque e de pavor; por outro lado, inventar um golpe de Estado imperial, barrando o seu fictício processo de democratização.

3.5 O fetichismo como personificação e como reificação

O Império assume a “configuração espacial” de uma coisa “completamente deslocalizada”. Trata-se “do não-lugar da produção mundial onde o trabalho é explorado”, de tal maneira que “a exploração não pode mais ser localizada nem quantificada”, por um lado; e, por outro, das relações pós-modernas de produção, em que existe uma hipersubjetivação da criação de riqueza social,²² à qual os autores associam uma hiperpersonificação do Império, no sentido seguinte: “o não-lugar tem um cérebro, um coração, um tronco e membros, na escala do globo, mundialmente.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 262-263, tradução nossa). Com essa metáfora, ocultam as personificações reais que corresponderiam aos seres sociais existentes para além do fordismo e na era da globalização. Trata-se da personificação do velho e torpe imperialismo no qual, particularmente, os “partidários de um ativismo inequívoco dos EUA no mundo” estão “convencidos do valor universal do modelo americano” — cujos burocratas

²¹ Sobre a falta de respaldo nos fatos deste tipo de otimismo, ver Borón (2002, p 27).

²² Nelas “a universalidade da criatividade humana, a síntese de liberdade, de desejo e de trabalho vivo, e o que ocupa posição no não-lugar das relações pós-modernas de produção (HARDT; NEGRI 2000 p. 263, tradução nossa).

são tanto os “falcões” neoconservadores (liderados por Paul Wolfowitz) como os protestantes fundamentalistas (liderados por John Ashcroft) que formam o “cinturão bíblico” (FOLHA DE SÃO PAULO, 4 maio 2003, p. A22).

Para Hardt e Negri (2000, p. 264, tradução nossa), a coisificação das relações sociais e a personificação das categorias imperiais colocam uma questão primordial para a sua própria filosofia política pós-marxista, qual seja; “não é de se perguntar se ou mesmo por que existirá resistência e rebelião, mas, ao contrário, como determinar o inimigo contra quem se rebelar”.²³ Porém, as verdadeiras determinações do fetichismo imperialista dos EUA foram ignoradas por Hardt e Negri, que caíram (talvez involuntariamente) nas loas “idealistas e otimistas” dos neoconservadores²⁴ que, “convencidos do valor universal do modelo democrático americano, querem pôr fim ao status quo, ao consenso aguado e frouxo” (FRACHON; VERNET, 2003, p. A22, tradução nossa) herdado da social-democracia agonizante.

Enfim, para Hardt e Negri, as esplêndidas vantagens da personificação e da reificação imperiais fornecem a chave mágica da superação do Império, onde o povo se torna cada vez mais desvairado, até a chegada a um impasse para a multidão no seio do capitalismo, o que provoca o “declínio e a queda do Império.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 425).

Isto exige a passagem de uma democracia representativa “inacabada” e “inacessível” para novas formas da “democracia da multidão”, que “não são representativas ou talvez o sejam de outra maneira” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 155, 158).²⁵

3.6 A subsistência fisco-financeira em potência e em ato

²³ “Com efeito, a incapacidade de identificar o inimigo é o que conduz vontade de resistência nesta espécie de círculo paradoxal. Resta o fato de que a identificação do inimigo não é tarefa fácil, dado que a exploração tende a não ter mais lugar específico e que mergulhamos num sistema de poder tão profundo e tão complexo que não podemos mais determinar diferença específica ou medida. Sofremos exploração, alienação e autoridade como inimigos, mas não sabemos onde situar a produção da opressão. E, no entanto continuamos a resistir e a lutar.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 263, tradução nossa).

²⁴ Inclusive de ex-marxistas, como Irving Kristol e Norman Podhoretz, que ensinaram os falcões de Bush a sobrevoar a extrema direita.

²⁵ “A impossibilidade de representar o povo se torna cada vez mais clara e o próprio conceito de povo tende, também, a se evaporar [...] Se concebemos a democracia em termos de autoridade soberana que represento o povo então a democracia na era imperial não é somente inacabada, mas irrealizável.” (HARDT; NEGRI, 2001 p. 158 tradução nossa)

A dimensão fiscal e financeira do Império ultrapassou completamente a lógica reformista do *Welfare State*,²⁶ de maneira que, por um lado, “o próprio Império não é uma realidade positiva.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 435-436), e por outro lado, o Império em si não se coloca diante de uma crise tida por temporária e excepcional, e sim na suposição de que “[...] a corrupção não é uma aberração da soberania imperial, mas sua própria essência e seu modus operandi (*et imperandi!*). A economia do Império, por exemplo, funciona precisamente graças à corrupção e não saberia funcionar de outra maneira” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 253, tradução nossa). Através de uma “lógica material”, Hardt e Negri (2000, p. 434) abordam o poder imperial em si e para si, ao mesmo tempo em que sublinham sua natureza negativa, passiva, opressiva e parasitária, em relação ao poder da multidão. Sob o ângulo do poder imperial para si, que concerne ao “[...] seu monopólio sobre a bomba, sobre o dinheiro e sobre a comunicação [...], os investimentos regalistas do Império e todas as suas iniciativas políticas são construídos segundo o ritmo dos atos de resistência que constituem o ser da multidão.” (HARDT NEGRI, 2000, p. 435, tradução nossa). Também, sob o ângulo do poder imperial em si, colocam:

a relação que o governo imperial impõe à virtualidade da multidão é simplesmente uma relação estática de opressão. Os investimentos do governo imperial são essencialmente negativos e desdobrados pelo viés de procedimentos calculados para impor a ordem pela coerção sobre as ações e os eventos que poderiam degenerar em desordem. (HARDT; NEGRI 2000, p. 435, tradução nossa).

A natureza fisco-financeira do Império acompanha, então, o que prevalece no ambiente atual, onde há a transição da crise temporária para a corrupção permanente, da regulação moderna e imperialista da crise para a regulação pós-moderna e imperial da corrupção. Isto supõe, por um lado, uma antinomia parcial segundo a qual “a corrupção significa esse processo perpétuo, de alteração e de metamorfose, essa fundação antifundadora, esse modo de existência deontológica”, e por outro lado, uma antinomia total da “[...] passagem da soberania moderna para a soberania imperial: do povo para a multidão, da

²⁶ “A dinâmica de lutas — determinação da inflação — ajustamento das contas públicas — pressão sobre o *Welfare*— ruptura dos elementos materiais da constituição burguesa, conduziu pouco a pouco e inicialmente a uma teoria dos limites da democracia [...] e depois a um forte impulso na direção da superação do Estado-nação.”(NEGRI, 2000b, p. 155).

oposição dialética para a gestão das hibridações, do lugar da soberania moderna para o não-lugar do Império, da crise para a corrupção.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 253, tradução nossa).

3.7 A dialética da perpetuação e da superação

Na análise de Hardt e Negri, há uma objetividade que se apega a argumentos políticos, históricos e ontológicos, assim como há uma subjetividade que se vincula a um discurso ético-político. Para apreender as formas atuais do capital e do Estado, seguem uma lógica não-dialética atinente ao advento da era progressiva do Império pós-moderno, que é julgado como melhor do que a era imperialista moderna, sob o ângulo da multidão. Da mesma maneira que, se a forma dominante de uma democracia popular e representativa não é “[...] simplesmente inacabada, mas irrealizável, não se deve, então, considerar a nossa perspectiva de democracia alternativa da multidão como uma fantasia utópica. A impossibilidade de realizar a velha noção de democracia deve, em vez disso, nos impulsionar para adiante”, precisamente na direção de “uma democracia de multidões potentes, não somente de indivíduos iguais, mas de poderes igualmente abertos para a cooperação, para a comunicação, para a criação.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 165, tradução nossa). Reconhecem que “a sociedade imperial está sempre e em todo lugar em ruptura, sem que isso signifique, de maneira alguma, que persiga a sua perdição”, pois, como na crise da modernidade, a sociedade atual “[...] não sugere nenhuma derrocada iminente ou necessária, do mesmo modo que a corrupção do Império não indica nenhuma perspectiva teleológica de fim iminente.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 252-253, tradução nossa).²⁷ Apesar do positivismo de sua tese - de que o Império não provoca uma piora no estado de coisas presente, não tendo a corrupção do mesmo uma

²⁷ Ao contrário da suposta exclusão imperial de valores éticos da multidão, nota-se que no momento do ataque ao Iraque, “o protesto de milhões de cidadãos através do mundo, e mesmo no interior dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, contra esta guerra é motivado pelo sentimento de que ela é imoral. Sem muito se iludir, cada um espera do país mais potente da Terra que seja também uma potência ética, campeã do respeito do direito e modelo de submissão à lei. Ou, pelo menos, que ele dê as costas ostensivamente aos grandes princípios da moral política. Ora, desde os atentados de lide setembro de 2001, parece claro que, sob a presidência de George W. Bush, os EUA estão cada vez mais defendendo uma concepção particularmente cínica da razão de Estado [...O presidente] e os falcões que o rodeiam decidiram agir contra a lei, contra a moral, contra os direitos humanos e contra o direito internacional.” (RAMONET, 2003, p. 1, tradução nossa).

conotação moral negativa -,²⁸ eles afirmam que o declínio e a queda do Império seriam inevitáveis. Portanto, sua saída seria, também, imperial.²⁹ Assim, a multidão é uma categoria que emerge “[...] no seio da nova soberania imperial e tenderia para sua superação”, de um lado; e, do outro, “[...] trabalha o Império internamente a fim de criar uma sociedade global alternativa.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 11, tradução nossa). Na era imperial, a “multidão” como princípio da condição humana “comum” a todo “sujeito social” seria o único ponto de partida da construção de “toda ação política” anti-sistêmica, “na perspectiva da transformação e da liberação”, em geral; e, em particular, da realização da democracia, isto é, do “governo de todos por todos.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 125-126).

Porém, é algo de duvidoso que a opressão e a exploração sob as formas da sociedade capitalista, cederiam natural e positivamente o seu lugar hegemônico e os privilégios daqueles que personificam essas formas ao não-lugar humanista da multidão. Essa categoria se posicionaria contra o império, nesse mito otimista, apenas dentro de um formalismo constitucional, ou seja: em termos de direitos “[...] à cidadania mundial, a um salário social e à reapropriação”. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 473, tradução nossa).

Em razão disso, chegam até a pensar “que a única via para realizar a democracia da multidão é a da revolução”, mas sua invocação a “uma democracia revolucionária na era do mundo imperial” é completamente distinta da teoria e da

²⁸ Esse posicionamento supõe as ficções seguintes: que a monarquia imperial dos Estados Unidos não esteja apoiada bastante sobre atividades criminosas, que, aliás, a retórica bélica imperialista atual tenta ocultar; que a oposição democrata oficial não esteja submetida a um *lobby* israelita, não desejando nada mais do que a guerra contra o Iraque e contra os países anti-sionistas da região; que esta oposição esteja “à altura de emergir de seu coma político”; e que não lhe tenha sido fatal” a ‘passividade’ democrata “face ao golpe de Estado judiciário das eleições de 2000.” (BIRNBAUM, 2002, p. 3, tradução nossa)

²⁹ Além do mais, os Estados Unidos não teriam capacidade para retificar ou resgatar a crise e o declínio do Império: não são mais o lugar para onde o europeu — ou até mesmo o sujeito moderno — pode fugir para resolver seu mal-estar e sua desgraça. Lá não há lugar para isto. O meio de superar crise é o deslocamento ontológico do sujeito. Então, a mudança mais importante toma lugar no seio da humanidade, posto que o fim da modernidade marca, também, o fim da esperança de encontrar alguma coisa que possa identificar o eu fora da comunidade, fora da cooperação e fora da relações críticas e contraditórias que cada pessoa encontra num não-lugar — isto é, no mundo e na multidão. É aí que reaparece a ideia do Império, não como território, mas nas dimensões determinadas de seu tempo e de seu espaço: não do ponto de vista de um povo e de sua história, mas, em vez disso, apenas como tecido de uma dimensão ontológica humana tendendo a se tomar universal.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 463, tradução nossa).

práxis marxista (HARDT; NEGRI, 2001, p. 160). Não se trata mais da emancipação dos trabalhadores, mas da multidão. Para os apologistas de tal categoria abstrata, “o poder de invenção” ou, mais exatamente, “o conceito de contra-poder” que envolve “resistência, insurreição e poder constituinte” é “essencial” na abordagem dos novos conteúdos de uma democracia absoluta da multidão.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 160).

Em suma, “isto significa que estamos inteira e radicalmente opostos à dominação imperial e que não haveria, nestas circunstâncias, qualquer passagem dialética possível. A única invenção que nos resta é a de uma democracia nova, absoluta, ilimitada e não mensurável.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 165). Em compensação, a emancipação dos trabalhadores exige a superação dialética da produção, da reprodução do capital e da burocratização que lhe é própria, como categorias situadas no tempo e no espaço. A fragilidade da ontologia do Império se toma patente, ainda uma vez, no que concerne à sua natureza anti-sistêmica. Porque, “do mesmo modo que as estratégias de conquista do poder e de gestão econômica foram isomorfas à centralização estatal do capital industrial”, o discurso pós-marxista da “subversão pós-moderna, apesar de sua novidade proclamada, permanece, no entanto, estritamente isomorfa ao novo espírito, ‘flutuante e híbrido’, do próprio capitalismo.” (BENSAÏD, 200k, p. 206, tradução nossa).

Sobre o significado da revolução na era da globalização e do Império, a teoria de Hardt e Negri leva à idéia principal do “pós-marxismo” de “mudar o mundo sem tomar o poder” (HOLLOWAY, 2003, p. 169), a partir de duas idéias-força, a saber: por um lado, o destaque à antinomia, tida como motor do desenvolvimento social, entre a multidão e o Império; por outro lado, o reconhecimento da importância de focalizar a revolução comunista, sem concebê-la em termos de tomada do poder estatal, com vistas a extingui-lo, no momento do socialismo. Para se chegar ao comunismo como uma utopia concreta, há um conjunto de premissas radicais, de natureza política, social, econômica e institucional, a saber:

a) a superação da democracia burguesa formal e do advento de uma verdadeira democracia política, de acordo com sua crítica marxista clássica que crítica exige o desenvolvimento efetivo da liberdade e da igualdade para todos os cidadãos, assim como a eliminação da repressão, dos aparelhos burocráticos e suas formas

de representação, com a finalidade de favorecer a participação das massas trabalhadoras na gestão dos interesses gerais da sociedade;

b) a superação da exploração e da dominação sob a forma da valorização, sobretudo para que se imponha a primazia da satisfação das necessidades sociais e uma nova divisão da jornada de trabalho, mais favorável às atividades de gestão democrática (tanto do processo de trabalho, da habitação, etc., quanto dos interesses gerais) e mais favorável ao lazer e à ocupação dos trabalhadores no que concerne às suas atividades produtivas específicas;

c) a superação da divisão capitalista do trabalho, que é a fonte e o fundamento objetivo da existência dos aparelhos burocráticos e administrativos burgueses, na finalidade de romper com as condições naturais que fazem com que as lutas de classes continuem a existir;

d) a superação do mercado, através da criação de um sistema de planejamento democrático e centralizado, tendo por finalidade a emergência gradual da abundância, num processo de alocação dos recursos que envolva liberdade, consciência e escolhas ex ante, originárias dos produtores/consumidores/cidadãos (MANDEL, 1992, p. 197).

3.8 As funções gerais e específicas

Na “lógica material” da ontologia do Império, o funcionalismo do poder tem um duplo sentido, pois, “quando o poder imperial intervém, ele seleciona as pulsões libertadoras da multidão para destruí-las; em rebate, ele é impulsionado para adiante pela resistência.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 435, tradução nossa).

Não existe, nessa abordagem, nenhuma primazia ontológica entre a forma-poder e seu papel relativamente às outras determinações particulares. Portanto, “mesmo se, freqüentemente, sobre o terreno novo do Império, a exploração e a dominação não podem ser definidas em lugares específicos, elas não deixam de existir”, porque impõem duas lógicas distintas em termos de amigo e de inimigo, em que o poder imperial entra em relação inversa com o poder da multidão, isto é, “a globalidade da autoridade que elas impõem representa a imagem invertida - algo como o negativo fotográfico - das atividades produtivas da multidão. E, portanto, esta relação invertida entre poder imperial e poder da

multidão não indica nenhuma homologia.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 264, tradução nossa).

Nessa relação antinômica, existem funções da multidão no seio do Império e vice-versa. Assim, “o ser-contra generalizado da multidão deve reconhecer a soberania imperial como o inimigo e descobrir os meios de subverter seu poder”. Sobre o poder imperial Hardt e Negri se posicionam:

[...] não pode mais disciplinar os poderes da multidão; só pode impor seu controle sobre suas capacidades sociais e produtoras gerais, Do ponto de vista da economia, o regime assalariado é substituído - em função da regulação - por um sistema monetário flexível e mundial; a autoridade normativa é substituída por procedimentos de controle e pela polícia: e o exercício da dominação é formado pelas redes de comunicação. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 264-265, tradução nossa).

Na “lógica material” da ontologia do Império, não existe uma primazia ética, estabelecida a partir de um julgamento moral, do funcionamento do poder da multidão em relação ao do poder imperial, que é o resíduo negativo, o desdobramento da operação da multidão, porque o poder imperial é apenas residual e parasitário, cuja “vitalidade” vem da “capacidade da multidão de criar sempre novas fontes de energia e de valor”; é “um parasita que rói a resistência de seu hospedeiro e pode, no entanto, colocar em causa sua existência: o funcionamento do poder imperial está inelutavelmente ligado a seu declínio.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 436, tradução nossa).

Existe a expansão da regulamentação e da regulação imperial, para fazer com que a multidão se torne cada vez mais perdida. Todavia, com a “ascensão dos poderes novos”, inerentes às experiências revolucionárias do século XX, o próprio Império “[...] descobre a impossibilidade de edificar um sistema de direito adequado à nova realidade da globalização das relações econômicas e sociais.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 475, tradução nossa). Esse fenômeno tem por causa “a natureza revolucionária da multidão, cujas lutas produziram o Império, como uma inversão de sua própria imagem e que representa, atualmente, nesta nova cena, uma força irreprimível e um excesso de valor relativamente a toda forma legal e jurídica.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 264, tradução nossa). Enfim, existem, também, os bloqueios ao triunfo da multidão³⁰

³⁰ No final das contas, “se o conceito de Império só vale por sua capacidade de amontoar e de pactuar o que se movimenta sem discernimento, é o próprio conceito que deve ser questionado” (ROGALSKI, 2001, p. 153).

pelos restos do Estado-nação, pelos nacionalismos e pelos integralismos religiosos. Assim, a função “política” imperial implementada em países como o Afeganistão e o Iraque, que consiste em “construir nações” (nation-building), seria “[...] um dos principais exemplos do projeto produtivo próprio ao biopoder e à guerra” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 39, tradução nossa), de sorte que não se trata de “[...] uma revolução reacionária que faz da guerra o fundamento de uma nova ordem global [...]”, mas de “[...] um processo regulador que consolida a ordem existente do Império.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 42, tradução nossa). Em geral, a “guerra imperial”, humanitária, justa, para manter a paz, etc., tem uma “função ativa e constituinte no quadro da ordem mundial”, que consiste em “dar forma ao contexto político global, e é solicitada a se tomar uma forma de biopoder no sentido positivo e produtivo do termo.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 41-42, tradução nossa).

4 CONCLUSÃO

A heterodoxia pós-marxista ocidental de Hardt e Negri tentou esboçar e atualizar a forma-Estado através de um ecletismo metodológico (neo-estruturalismo, neo-gramscianismo, etc.), que coloca em causa quer abstrações marxianas gerais (como base e superestrutura, objetividade e subjetividade, essência e aparência) e específicas (como exército industrial e exército industrial de reserva, capital em geral e capitais numerosos, que a base racional (valor e mais-valia) e o caráter historicamente determinado da forma-capital (exploração de classe e opressão da dignidade humana, desenvolvimento desigual e combinado). Portanto, para ampliar e aprofundar o revisionismo, aos apaixonados, escolásticos e franciscanos autores da ontologia do ser biopolítico falta tanto “se relançar ao trabalho, reiniciar pesquisa, fazer uma nova pesquisa visando uma nova ciência da sociedade da política” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 397, tradução nossa), quanto inserir a “democracia da multidão” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 373, tradução nossa), no contexto (temporal e espacial) de uma forma estatal global realmente existente. Como foi visto, acima, não é o caso da categoria Império.

Pode-se e deve-se discutir bastante em torno das premissas do movimento real que abole o estado de coisas presente, inclusive para enfrentar as tendências à barbárie, fazendo o balanço das experiências históricas de superação do capitalismo, que colocaram de maneira incontornável os “atributos clássicos (planejamento - nacionalização - autogestão)” do socialismo (HUSSON, 2001, p. 211-212). Trata-se dos primeiros passos na direção do comunismo, que não é redutível a suas falsificações burocráticas (BENSAÏD, 2001a, p. 73). É certo que exigir esses atributos, combinando-os com aqueles de um verdadeiro processo de democratização, permanece de atualidade. Lênine (1975) teve razão de considerar a ditadura do proletariado como sinônimo de democracia operária. No movimento real de superação do capitalismo, o Estado dever ser extinto, mas, como afirmou Trotski em 1939, na obra “A URSS em guerra”, essa “tarefa fundamental de nossa época não mudou, pela simples razão de que ela não foi concluída.” (TROTSKY, 2001, p. 321-322, tradução nossa). Em compensação, nas vias estatistas, quer maximalistas, quer minimalistas, há muito tempo, a tendência ao estabelecimento de novas formas de opressão (de classe, de raça, de sexo, etc.) terminou por se impor e por praticar o barbarismo, cujas ações mais em voga, atualmente, são o bombardeio dito “cirúrgico”, de choque e pavor (e morte), contra populações civis, o terrorismo tanto civil quanto militar, e o malthusianismo imposto, na escala mundial, à superpopulação relativa.

Com a finalidade de fazer o elo dialético entre o presente e o futuro, o grande bluff do comunismo reside em “fazer tábua rasa deste passado nauseabundo” que assumiu a forma de “socialismo real” (HUSSON, 2001, p. 211; HARDT; NEGRI, 1995). Essa experiência concreta não é considerada um modelo absoluto, quando abordada sob uma perspectiva crítica e revolucionária, como a que Marx fez da Comuna de Paris, reafirmando a necessidade da mediação do socialismo, na superação do capitalismo e na busca do mundo melhor comunista. Sem essa mediação do socialismo (percebida em termos rigorosamente científicos por Marx e Engels), não se pode “dar o salto e conceber o comunismo em termos concretos como uma solução de substituição efetiva da sociedade capitalista.” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 233-258). De fato, contrariamente às antecipações comunistas utópicas, retomadas pela filosofia política do Império, coloca-se o comunismo em prospectiva, porém como uma “utopia concreta” (BLOCH, 1976; 1982; 1991). O ponto de partida de sua atualização reside na

suposição do caráter transitório do capitalismo e de seus “regimes globalitários” (RAMONET, 1997), que foram implementados de maneira autoritária, sobretudo após o chamado fim da Guerra Fria.

Para passar por intermédio de uma varinha de condão do capitalismo (primazia do valor de troca, do lucro) ao comunismo (primazia das coisas úteis, das necessidades sociais), Hardt e Negri omitem o fato de que a análise concreta marxista não tem para abordar unicamente a situação concreta da Comuna de Paris. Esta análise tem que abordar (no sentido de compreender e transformar) as experiências russa, chinesa, cubana, etc. Portanto, o pós-marxismo de Hardt e Negri é incapaz de tirar lições dessas lutas, onde os trabalhadores explorados e oprimidos explicitaram, pela “crítica das armas”, a possibilidade de ultrapassagem dialética do capitalismo, em vez de permanecer como uma multidão, no seio de uma antinomia abstrata, simplesmente reagindo na escala mundial, sem perceber que o imperialismo da Tríade é o Império realmente existente.

Enfim, a problemática da produção e da reprodução do capital, no seio e para além da obra “O Capital”, não deve ocultar a problemática do comunismo (da emancipação), que exige compreensão e transformação do estado de coisas presente. Mas a subjetividade revolucionária atual não é o reflexo em negativo do Império contra o qual se levanta automaticamente.

FROM THE CAPITAL TO THE EMPIRE: the misery of the political philosophy

ABSTRACT

The passage from the Critique of Political Economy to the Critique of Politics, Call into question these passage implement by Michael Hardt and Antonio Negri, thin the context of the postmodern era, situated beyond fordism and within globalization.

Keywords: Empire. Postfordism. Globalization.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialectique négative**. Paris: Payot, 1978.

AMIN, Samir. **Mondialisation et accumuiation**. Paris: L’Harmattan, 1993.

ATTAC. **L’Empire de la guerre permanente**: milie et une nuits. Paris: Fayard, 2004.

BALIBAR, Étienne. **La crainte des masses**: politique et philosophie avant et après Marx. Paris: Galilée, 1997.

_____. Nous, citoyens d'Europe? Les frontières, l'État, le peuple. Paris: La Découverte, 2001.

BANCO MUNDIAL. 2003. Disponível em: <<http://!worldbankorg/prospects/gep2003/gep2003complete.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

BENSAÏD, Daniel. **Les irréductibles**. Paris: Textuel, 2001a.

_____. Le nouvel désordre impérial. **Contre Temps**, Paris, Textuel, n.2, p. 9-20, sept. 2001b.

_____. **Résistances**. Paris: Fayard, 2001c.

BIRNBAUM, Norman. Aux racines du nationalisme américain. **Le Monde Diplomatique**. Paris, oct. 2002.

BLOCH, Ernst. Le principe espérance. Paris; Gallimard, 1976;1982;1991. 3 t.

BORON, Atilio Alberto. **Império & imperialismo**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BROWN, John. **Le consensus chirurgical**. Paris: Attac, 7 abr. 2003. Disponível em:<<http://france.attac.org>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

BULLARD, Nicolas. **La politique d'équilibre des grandes puissances revient à la mode**. Paris: Attac, 2 abr. 2003. Grain de Sable, n. 411. Disponível em:<<http://france.attac.org>>. Acesso em: 10 nov. 2003.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Le vrai choix**: l'Amérique et le reste du monde. Paris: Odile Jacob, 2004.

CALLINICOS, Alex. Du pouvoir constituant à Empire: Toni Negri en perspective. **ContreTemps**, Paris, n. 3, p.197-209, fev. 2002.

CHESNAIS. In: DUMENIL, Gérard et al. **Le triangle infernal**. Paris: PUF, 1999.

DUMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Ivresse néolibérale, arrogance impériale. In: GAUTHIER, Elisabeth; LE DAUPHIN, Jacques (Dir.). **Quelle Europe pour quel monde?** Paris: Syllepse, 2003. p. 111-119.

DUMENIL, Gérard et al. **Le triangle infernal**. Paris: PUF, 1999.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A descoberta do Estado brasileiro. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 229-240.

_____. A economia política do financeiro. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 7, n. 2, p. 141-174, jul/dez. 2003a. I Jornada Internacional de Políticas Públicas UFMA, 16-18 set. 2003a.

_____. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. L'État et lo processus de socialisation capitaliste au Brésil, Tese (Doutorado de Estado)- Université Paris-Nord, Paris, 1988.

• Filosofia política da América. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A globalização e o Estado cosmopolita: as antinomias de Jürgen Habermas. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Na direção de uma nova economia. **Revista Outubro**, São Paulo, IES, n. 9, 2003b.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 mar. 2003a.

_____. São Paulo, 4 maio 2003b.

FRACHON, Alain; VERNT, Daniel. 'Ativismo' de Bush é obra neoconservadora. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 maio 2003. Mundo.

GLUCKSMANN, André. Avestruzes antiamericanos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2003.

GOWAN, Peter. Contemporary Intra-Core Relations and World Systems Theory. **Journal of World-Systems Research**, Reino Unido, v. 10, n. 2, verão de 2004a. Disponível em: <<http://jwsr.ucr.edu/archive/vol10/number2/pdf/jwsr-v10n2gs-gowan.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2005.

_____. **The global gamble**. London: Verso, 1999.

GOWAN, Peter. **The new liberal cosmopolitanism**. Vienna: IWM, 2000. Working Paper, n. 2.

_____. Triumphant toward International Disaster: the impasse in American Grand Strategy. **Critical Asian Studies**, Routledge Journals, Reino Unido, v. 36, n. 4, dez. 2004b. Disponível em: <http://www.bcasnet.org/articlesandresources/article_14_1.htm>. Acesso em: 17 jan. 2005.

GUIBERT, Bernard. **La mondialisation de la valeur**. Congresso Actuel Marx. Paris: Universidade de Nanterre, sept. 2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio, Empire. Paris: Exils, 2000.

_____. I l lavoro di Dioniso. Roma: Manifesto Libre, 1995.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. La multitude contre l'Empire. Contre Temps, Paris, Textuel, n 2, p 153-166. sept. 2001.

_____. **Multitudes**. Paris: La Découverte, 2004.

HELD, David. **Democracy and the Global Order**. London: Polity Press, 1995.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

HUSSON, Michel. **Le grand bluff capitaliste**. Paris: La Dispute, 2001.

ISRAEL, Giorgio. In: Lo Monde, Paris, 24 out. 2001. Cahier Interactif, p. VII.

LA GORCE, Paul-Marie. Ce dangereux concept de guerre préventive. **Le Monde Diplomatique**, Paris, nov. 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Une pensée devenue monde**. Paris: Fayard, 1980.

LENINE, V. I. **Oeuvres choisies**. Paris: Sociales/Progrès, 1975. v. 2.

LIMA, Marcos Costa (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

MANDEL, Ernst. **Power and money**. London: Verso, 1992.

MARX, Karl. **Le Capital**. Paris: Sociales, 1976.

_____. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Sociales, 1977.

_____. **Grundrisse**. Paris: Sociales, 1980. 2 t.

MEILLASSOUX, Claude. **L'économie de la vie**. Lausanne: Page Deux, 1997.

MESZAROS, Istvan. **Beyond Capital**. Londres: Merlin Press, 1995.

NEGRI, Antonio. L'Empire, stade suprême de l'impérialisme. **Le Monde Diplomatique**, Paris, jan, 2001a.

_____. Entrevista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2003. p. A26.

_____. NEGRI, Antonio. In: HERRERA, Rémy (Dir.). **L'Empire en guerre: le Temps des Cerises**, Paris, 2001b.

RAMONET, Ignacio. Illégale agression. **Le Monde Diplomatique**, Paris, jan. 2003.

Régimes globalitaires. **Lo Monde Diplomatique**, Paris, jan. 1997.

REICH, Robert B. **O futuro do sucesso**. São Paulo: Manole, 2002.

ROCHET, Claude. **Actualité du bien commun**. Paris, 11 out. 1998. Disponível em: <<http://perso.wanadoo.fr/claude.rochet/rochet.html>>. Acesso em: 17 fev. 2005.

ROGALSKI. In: HERRERA. Rémy (Dir.). **L'Empire en guerre: le Temps des Cerises**, Paris, 2001.

SEARLE, John R. **Rationalité et réalisme**. Paris, 1993. Disponível em: <<http://perso.club-internet.fr/peccatte/SearleRR.html>>. Acesso em: 17 fev. 2005.

SERFATI, Claude. **La mondialisation du capital et militarisme**. Paris: Attac, 4 avr. 2003. Grain de sable, n. 413. Disponível em: <<http://www.france.attac.org>>. Acesso em: 17 fev. 2005.

TERTULIAN. Prêface. In: LUKÁCS, Georg. **Dialectique et spontanéité**. Paris: Les Éditions de la Passion, 2001.

TRAVERSO, Enzo (Org.). **Le totalitarisme**. Paris: Seuil, 2001.

TROTSKY, Léon. Approches du totalitarisme pendant la guerre. In: TRAVERSO, Enzo. **Le totalitarisme**. Paris: Seuil, 2001. p.315-323.

_____. **De la révolution**, Paris: Minuit, 1976.